

Debate Sindical

Nº 16 - ABRIL/MAIO/JUNHO-94 - CR\$ 4.000,00

PARA

ONDE

VAI

A CUT?



AS POLÊMICAS DO 5º CONCURTO



ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** As polêmicas que devem marcar o 5º Concut
- 12** A resistência ao plano FHC e as eleições de 94
- 17** A estratégia do sindicalismo classista
- 21** História das crises na sucessão presidencial
- 27** A quem serve a luta em defesa da cidadania
- 34** Os efeitos do TQC na Fiat de Betim
- 40** Trajetória do pragmatismo sindical nos EUA
- 49** Importância dos arquivos nos sindicatos
- 54** Resenha de livros
- 58** Atividades do CES

EXPEDIENTE

A revista *Debate Sindical* é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Pirapitingui, nº 12, CEP 01508-020, Liberdade, São Paulo, SP, fone/fax: (011) 270-7702

CONSELHO DE REDAÇÃO

Altamiro Borges
Umberto Martins
José Carlos Ruy
Bernardo Joffily
Antonio Martins

CONSELHO EDITORIAL

Sérgio Barroso
Renildo de Souza
Wagner Gomes
Nivaldo Santana
Augusto Buonicore
Augusto Petta
Claudio Fonseca
Enéas da Silva dos Santos
Gilda Almeida de Souza
Gregório Poço
Júlia Roland
Magnus Farkatt
Marcelo Toledo
Neleu Alves
José Carlos Schultz
Pedro Pozenato
Luis Alberto Chaves
Edmundo Costa Vieira
Newton Pereira de Souza
Wellington Teixeira Gomes
Edson Pimenta
José Alvaro Fonseca Gomes
Luiz Gavazza
Nilton Canuto de Almeida
Reginaldo Lira
Josiel Galvão
Julio César Rego Guterrez
Lúcia Regina Antony
Raimundo Moacir Martins

Revisão

Antonia Rangel
Flávio Vilar
Marcia de Almeida

Ilustrações e fotos

Sintaema e jornal "A Classe Operária"

Editoração eletrônica

P&B (fone: 35-0778)
Tiragem desta edição: 4.000 exemplares

Observação

Os artigos publicados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Companheiro (a) sindicalista

No momento em que esta edição ia para a gráfica, o sindicalismo brasileiro avaliava a possibilidade da deflagração de uma greve geral contra as perdas salariais provocadas pela URV (Unidade Real de Valor). Proposta pela CUT, a idéia do protesto nacional encontrou receptividade mesmo entre as centrais sindicais mais conciliadoras e/ou vacilantes — como a Força Sindical e as CGTs.

Motivos para a greve não faltam. Afinal, o plano FHC segue totalmente a lógica do neoliberalismo. E não apenas porque arrocha os salários — desconhecendo as perdas passadas, convertendo-os à URV pela média e fixando o seu congelamento após a criação da nova moeda, o Real. O novo pacote também gera outros graves prejuízos. Na fase do ajuste fiscal, por exemplo, ele cortou investimentos do Estado nas áreas sociais e elevou os tributos dos assalariados.

Na verdade, o plano FHC visa outros objetivos — bem distantes do alardeado combate à inflação. Um deles é o de saldar os “sagrados” compromissos com os credores estrangeiros. Tanto que a proposta do governo, embutida no pacote, eleva a remessa anual de divisas para o exterior a título de pagamento dos juros da dívida externa. Ela pularia de 15 para 20 bilhões de dólares. Isto explica o conteúdo recessivo das medidas econômicas anunciadas.

Outro intento, bastante visível, é o de alavancar a candidatura do ministro da Fazenda à presidência da República. Negando seu próprio passado e abraçando as teses neoliberais, Fernando Henrique Cardoso surge hoje como o nome das elites capaz de enfrentar um candidato das forças progressistas da sociedade. Nesse sentido, o plano tenta produzir mais um estelionato eleitoral, iludindo a população até a data do pleito.

Por estas e outras razões, o sindicalismo combativo do país demonstra lucidez e coerência ao propor que os trabalhadores resistam a mais este ataque das elites. Ele cumpre seu papel de direção ao não se prostrar diante do quadro de adversidades. Reforça, de maneira consciente ou não, o enfrentamento à ofensiva neoliberal no Brasil. Este é o grande desafio do momento.

As questões polêmicas que devem agitar o 5º Congresso Nacional da CUT

Altamiro Borges *

O 5º Congresso Nacional da CUT, marcado para os dias 19, 20, 21 e 22 de maio, deverá definir a linha de atuação desta que é a central mais representativa e de maior peso no cenário político brasileiro. Grandes temas estarão em debate e, em boa parte deles, há divergências de opinião entre as diversas tendências cutistas. Para antecipar as polêmicas que esquentarão o 5º Concut, a *Debate Sindical* ouviu as lideranças das principais correntes internas da central.

O 5º Concut será um momento privilegiado de discussão sobre os rumos do sindicalismo brasileiro e da sua principal central nacional. A previsão é de que cerca de 3 mil delegados, representando as aproximadamente 1500 entidades filiadas em dia com a central, participem do evento. Este ainda será precedido por centenas de assembléias nas bases sindicais e pelos congressos estaduais marcados para final de março e para todo o mês de abril.

Todo este rico processo de reflexão, envolvendo a chamada nata do sindicalismo, tem como objetivo maior reforçar a central, refletir criticamente sobre sua atuação e definir sua linha de ação para o próximo período da luta de classes no país. O temário

prevê a discussão de importantes temas: balanço das atividades desde o 4º Concut, estratégia política da central, plataforma dos trabalhadores para as eleições presidenciais e estrutura organizativa. Outro ponto alto do congresso será a eleição da nova executiva nacional da CUT.

Em todos estes pontos existem diferentes interpretações e propostas formuladas pelas várias tendências sindicais que compõe a central. Para garantir que estas divergências se expressem de maneira democrática e madura, evitando as cenas de exclusivismo e truculência que ofuscaram o congresso anterior, a direção da CUT tomou algumas medidas. Entre elas, decidiu que os delegados ao congresso serão eleitos nas assembléias

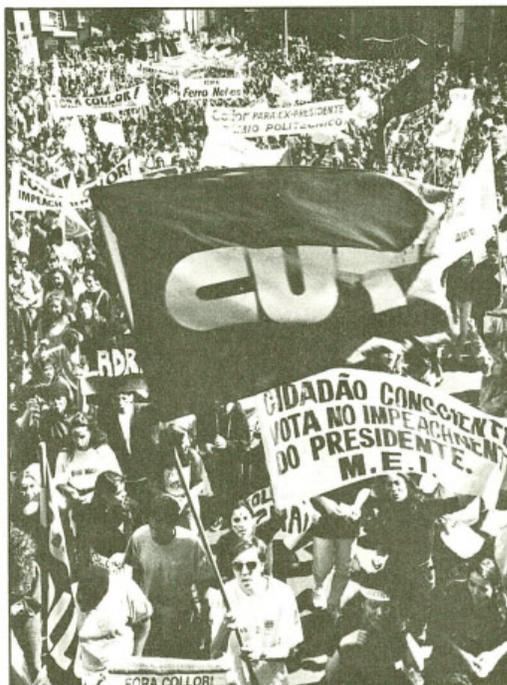
de base e não mais através do fúnil dos congressos estaduais — o que só exacerbava as polêmicas. Também optou por apresentar uma tese unificada, com os devidos destaques, superando a fase da tese-guia.

Estas medidas de caráter mais unitário, entretanto, não deverão escamotear as polêmicas no 5º Concut. As divergências existem, são reais. Elas já surgem no próprio balanço da trajetória da entidade nos últimos três anos. Com excessão da Articulação, corrente majoritária da CUT, as demais apresentam duras críticas à postura da entidade após o 4º Congresso Nacional, em setembro de 91. Avaliam que a central ficou paralisada, sem dar respostas mais eficazes à ofensiva neoliberal, e que vive a mais grave crise de sua história.

Mesmo nesse campo, entretanto, há nuances. Os sindicalistas do recém-formado PSTU são mais unilaterais na crítica. Creditam toda a responsabilidade pela crise na conta da Articulação. Já a Corrente Sindical Classista é incisiva no combate à concepção predominante na central, mas também pondera que a luta dos trabalhadores passa por um período de defensiva, num contexto bastante adverso, o que afeta o conjunto das forças cutistas. Quanto à CUT pela Base, até há pouco tempo a segunda maior corrente da central, as opiniões estão divididas.

As divergências no balanço da atuação da entidade desde seu último congresso

Segundo José Maria de Almeida, dirigente do PSTU, o balanço deste período é extremamente negativo. “A política da Articulação paralisou a CUT. Ela resistiu em encampar o ‘Fora Collor’, conciliou com o governo Itamar desde o seu início e priorizou as negociações nas câmaras setoriais e em outros fóruns tripartites. Desarmou os trabalhadores na luta contra o neoliberalismo”. Fruto desta avaliação, o sindicalista repete uma antiga tese da sua tendência. “Só é possível mudar o rumo da central se mudarmos a sua direção”.



Sérgio Barroso, da coordenação da Corrente Classista (CSC), também vê graves erros na postura da central. “É visível que desde o 4º Concut a corrente majoritária sofre influência do falido sindicalismo europeu de tipo social-democrata. Ela se prostroou diante das dificuldades reais existentes, contribuindo com sua política para emperrar a resistência dos trabalhadores. Alguns sindicalistas da Articulação perderam a perspectiva do socialismo e estão deslumbrados com as teses burguesas da parceria social, da qualidade e competitividade industrial e da democracia liberal”.

Para ele, o resultado desta concepção é que “a CUT deu uma guinada à direita no período recente”. Ela se ausentou de batalhas políticas importantes, como a luta contra a privatização das estatais, contra a aprovação da lei das patentes e tem sido tímida na campanha contra a revisão constitucional. “É preciso analisar se com a evolução da conjuntura, com o agravamento da crise e o aumento da polarização na sociedade, a Articulação vai prosseguir com essa política de acomodação ao *status quo* burguês e não de ruptura com ele”.

Durval de Carvalho, uma das principais referências da CUT pela Base, faz questão de enfatizar que sua tendência passa por um processo de redefinição. Que ele não fala em

nome da corrente, mas apenas de um setor dela. Quanto ao balanço do período, opina: “Qualquer análise com o mínimo de rigor chega a conclusão de que a CUT regrediu nestes três anos em seu papel político e sindical. Ela reduziu sua capacidade de mobilização dos trabalhadores, perdeu espaço na sociedade e hoje passa por uma grave crise de perspectiva”.

Na sua avaliação, entretanto, a responsabilidade por este retrocesso não é só da Articulação. “Por ser maioria, ela evidentemente é a maior responsável. Mas é preciso fazer também a nossa autocrítica. Olho os sindicatos sob influência da minha corrente e vejo que eles também têm pouca capacidade de resistência. É lógico que a nossa política não é a mesma. Parece que a Articulação está com a síndrome do forismo e da ação institucional, participando de fóruns tripartites que depõem contra a CUT, semeiam ilusões nos trabalhadores e rebaixam a guarda ideológica”. Apesar das críticas, Durval conclui em tom melancólico: “Mas não dá para negar que o momento é de grande dificuldade para todos”.

Já no que se refere à Articulação, o que se observa em seus documentos e nos comentários de seus principais dirigentes é que não há muito o que mudar na política da central. Num tom situacionista, tudo parece relativamente positivo nos últimos anos. A CUT passou a interferir mais nas chamadas “políticas institucionais”, ganhou maior organicidade e se consolidou como central de caráter sindical. Se crise existe — e alguns dirigentes da Articulação já chegaram a reconhecê-la —, ela decorre da situação de defensiva da luta dos trabalhadores e não da concepção hegemônica na central.

A questão mais intrincada será a definição da linha estratégica da entidade

Tanto que a corrente majoritária defende a manutenção da linha aprovada no congresso anterior, sintetizada na tese do “desenvolvimento econômico com distribuição de

riquezas”. José Olívio de Oliveira, um dos formuladores teóricos da Articulação, também conhecido por sua postura agressiva e mesmo provocativa, chega a tratar com certo desdém as tendências minoritárias que insistem em criticar a estratégia atual da central.

“Como nos outros congressos, novamente vão apresentar divergências na questão do balanço e do como agir daqui para diante. Mas não há o que mudar na nossa política”, afirma. “Não adianta mais discutir se o sindicalismo deve ser de confronto ou de negociação, se deve reforçar a defesa do socialismo ou as lutas imediatas. É preciso colocar este debate nos limites da ação sindical. Uma coisa são os horizontes socialistas, outra é como nós somos mais eficientes na defesa dos interesses dos trabalhadores. Isto é que precisa ficar claro”.

José Olívio nem mesmo inclui a discussão da estratégia da central na sua lista de prioridades do 5º Concut. Ele afirma estar mais preocupado com o debate sobre a estrutura organizativa da entidade e com a posição da CUT diante das eleições quase gerais de 94, entre outros pontos. “Algumas correntes falam que a CUT precisa voltar a pureza do passado. Não percebem que o mundo mudou, que a conjuntura é outra. O importante é ter os olhos para o futuro”.

Sérgio Barroso é de opinião completamente diferente. Para ele, a definição da estratégia da central deve ser o principal assunto do 5º Concut. “Essa é a questão fundamental. Sem alterar sua linha política, a CUT continuará patinando. A estratégia do tal sindicalismo propositivo desarma a central. A CUT precisa se voltar para os grandes problemas políticos da nação, definindo uma linha clara de oposição ao neoliberalismo. Na luta cotidiana, deve defender a ruptura com o capitalismo e reforçar a perspectiva socialista”.

José Maria e Durval de Carvalho também concordam que a discussão da estratégia deve ser a prioridade do congresso. “O Concut precisa definir claramente se a central mantém sua política de acomodação nos marcos do capitalismo ou retoma sua estratégia socialista”, comenta o dirigente do PSTU. Ele avalia que esta questão ganha

ainda maior importância num ano de sucessão presidencial. “Este é o momento de discutir programas e propostas para a sociedade e a CUT deve apresentar um programa revolucionário e não de conciliação com a burguesia”.

“A afirmação de uma estratégia sindical clara, num quadro de transformações no processo produtivo e de reais possibilidades de mudanças políticas no país, é o principal desafio do 5º Concut”, afirma Durval. Para ele, a sucessão presidencial coloca novas exigências para a central. “Estamos num momento privilegiado de disputa de hegemonia na sociedade. Momento de polarização entre dois projetos, um das elites neoliberais e outro das forças democráticas e populares. A CUT precisa entender este fenômeno e intervir nele corretamente”.

A democracia interna e a luta contra as deformações no sindicalismo cutista

Outro ponto que deverá gerar grandes discussões se refere às normas de funcionamento da central, que será acompanhado agora pelo urgente debate sobre as deformações surgidas no próprio sindicalismo cutista. Cenas como a da morte do presidente do Sindicato dos Condutores do ABC e a da recente pancadaria patrocinada por líderes da Articulação no Sindicato dos Têxteis da Bahia reforçam a idéia de que a CUT e os sindicatos sob sua influência atravessam uma fase de burocratização, de hegemonismo e de ausência de democracia.

No que se refere à central, esta questão já apareceu com força no 4º Concut. Na oportunidade, as correntes minoritárias propuseram a ampliação da democracia interna e criticaram o hegemonismo, a “política do rolo compressor”, da Articulação. Os resultados desta crítica não foram nada favoráveis. Sentindo-se ameaçada em seu poder, a corrente majoritária se enrijeceu mais ainda. Numa manobra bastante contestada, reduziu o número de delegados das forças oposicionista, rejeitou a proposta da proporcionalidade

de qualificada na eleição da executiva nacional e ainda ameaçou com o coro do “racha, racha”.

A discussão agora volta à tona e com novos ingredientes. Sérgio Barroso reconhece que a questão da democracia interna não é simples numa central como a CUT, que se propõe a ser pluralista. Mas ele avalia que esse é um desafio que precisa ser encarado por todas as correntes cutistas, principalmente pela tendência majoritária. “Ou se garante a pluralidade de idéias na central e nos sindicatos cutistas ou não conseguiremos forjar a unidade de ação”, comenta.

Para ele, a Articulação é a tendência que mais resiste a este raciocínio. “Parece que o hegemonismo é a doença senil do sindicalismo social-democrata. Alguns sindicalistas perdem a perspectiva da luta classista e passam a se preocupar unicamente com a manutenção da máquina sindical. Daí para a burocratização é um passo. O debate sobre a democracia nas instâncias cutistas é fundamental para se conter a atual onda de deformação. E a CUT, como instância maior, deve dar o exemplo, democratizando suas estruturas”.

Durval de Carvalho se mostra bastante angustiado com esta questão. Na sua opinião, os episódios deprimentes das agressões no 4º Concut e a onda de violência nos condutores do ABC paulista não são meras casualidades. Indicam uma tendência do sindicalismo que precisa ser revertida. “Ao perder de vista o seu projeto histórico, o sindicalista esquece o inimigo de classes e se volta para dentro, para a máquina. Ele gasta toda a sua energia na disputa pelo aparelho. Perde-se a solidariedade entre os companheiros de luta”.

A reversão desta tendência, afirma, passa pelo aperfeiçoamento das normas democráticas e de convivência no movimento sindical — “a partir da própria direção nacional da CUT”. Ele acredita que hoje a Articulação está preocupada com este grave assunto. Lembra o termo de compromisso firmado logo após o 4º Concut, cita a superação da tese-guia e enfatiza a proposta da corrente majoritária da chapa única para a composição da nova direção da central. “São sinto-

mas de amadurecimento, que precisam ser elogiados”.

Já José Maria de Almeida não é tão otimista. Ele não acredita que a Articulação tenha recuado da sua visão exclusivista e hegemônica. Para ele, a ampliação da democracia na central colocaria em risco a política de conciliação da corrente majoritária. Quanto a deformação do sindicalismo cutista, pensa que só um tratamento de choque poderia reverter a atual tendência.

“O distanciamento das bases, fruto da prioridade ao tripartismo, só reforça a burocratização dos sindicatos e da central. É preciso criar mecanismos de controle das bases sobre as direções, estimular o rodízio dos sindicalistas, por fim aos privilégios dos dirigentes, adotar a proporcionalidade nas eleições e aprofundar a democracia interna. Com esta série de medidas poderia se combater a degeneração e mesmo o monolitismo imperante”, comenta.

Mesmo adotando uma postura aparentemente mais unitária, expresso na proposta da chapa única, a Articulação não se mostra muito favorável a algumas medidas defendidas pelas correntes minoritárias. Segundo José Olívio, o problema na central não é o da falta de democracia interna. “O mais grave é que alguns grupos não acatam as decisões aprovadas nas instâncias da CUT. Eles insistem nas divergências, evitando os pontos de unidade. Criam um clima de conflito permanente. Penso que devemos avançar na elaboração de um código de ética, que estabeleça regras para administrar as divergências”.

José Olívio também informa que a Articulação mantém sua posição contrária à proporcionalidade qualificada na composição da executiva nacional da CUT. Ele brinca: “Na verdade, essa tal proporcionalidade é totalmente desqualificada”. Mesmo a manutenção da proporcionalidade simples, que vigora desde a fundação da central, encontra resistências na sua corrente. “Há dúvidas se ela deve existir em órgãos executivos. Alguns companheiros acreditam que a proporcionalidade só é viável em função de um acordo político prévio. Isto para evitar que as minorias não encaminhem as decisões aprovadas, o que só paralisa a central”.

Ressaltando que não é uma ameaça, mas sim um alerta, José Olívio conclui o tema com uma previsão preocupante. “Se não houver um acordo político e as demais correntes insistirem no ataque à Articulação, a exemplo do que ocorreu no congresso anterior, a idéia de acabar de vez com a proporcionalidade ganhará força no nosso meio. Falo isso não em tom de ameaça. Mas eu conheço muito bem a Articulação e sei que isto é possível num momento de maior tensão”.

O debate sobre a filiação à Ciosl e outros temas que devem gerar controvérsias

Afora o balanço e a definição da estratégia — pontos fundamentais do 5º Concut — outros temas também devem gerar controvérsias. É o caso da filiação da CUT à Ciosl (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres), aprovada numa instância inferior da central, na sua 5ª Plenária Nacional, com forte contestação das correntes oposicionistas. Enquanto a Articulação avalia que a filiação foi correta, outras correntes questionam a decisão.

“Para nós, esta questão está superada” — afirma José Olívio. Isto porque, segundo ele, não ocorreram mudanças significativas no cenário sindical mundial que justifiquem a adoção de uma nova postura. O dirigente da Articulação chega a dizer que as correntes contrárias à Ciosl “já se adaptaram a este fato. Tanto que na estrutura vertical da CUT, nas confederações, mantém-se a mesma lógica. Nenhuma corrente defende qualquer outra alternativa, como criar uma nova central mundial ou ingressar na FSM. Na prática, não há outra alternativa”.

Para Sérgio Barroso, a questão é bem mais complexa. A CSC defenderá que a CUT reveja a decisão da filiação. “Nesse um ano de ingresso na Ciosl, a CUT não conseguiu colocar em prática a tal política internacional da Articulação. Nem se formou um bloco das centrais mais progressistas e nem a Ciosl ‘foi transformada por dentro’. Pelo contrário. O

que se viu é que a Ciosl, com sua política de conciliação, passou a ter maior influência doutrinária sobre a CUT. O movimento foi o inverso do alardeado”.

José Maria de Almeida caminha no mesmo rumo e sua corrente, o PSTU, já decidiu propor a desfiliação da Ciosl no 5º Concut. “O ingresso nesta central mundial social-democrata foi quase como um ato simbólico da guinada da CUT. O tripartismo, que virou moda entre os dirigentes da Articulação, faz parte da linha estratégica da Ciosl. Essa entidade nega o internacionalismo proletário, a luta contra o imperialismo e pela autodeterminação dos povos. A decisão de ingressar na Ciosl foi um grande erro. Precisamos romper com esta política”.

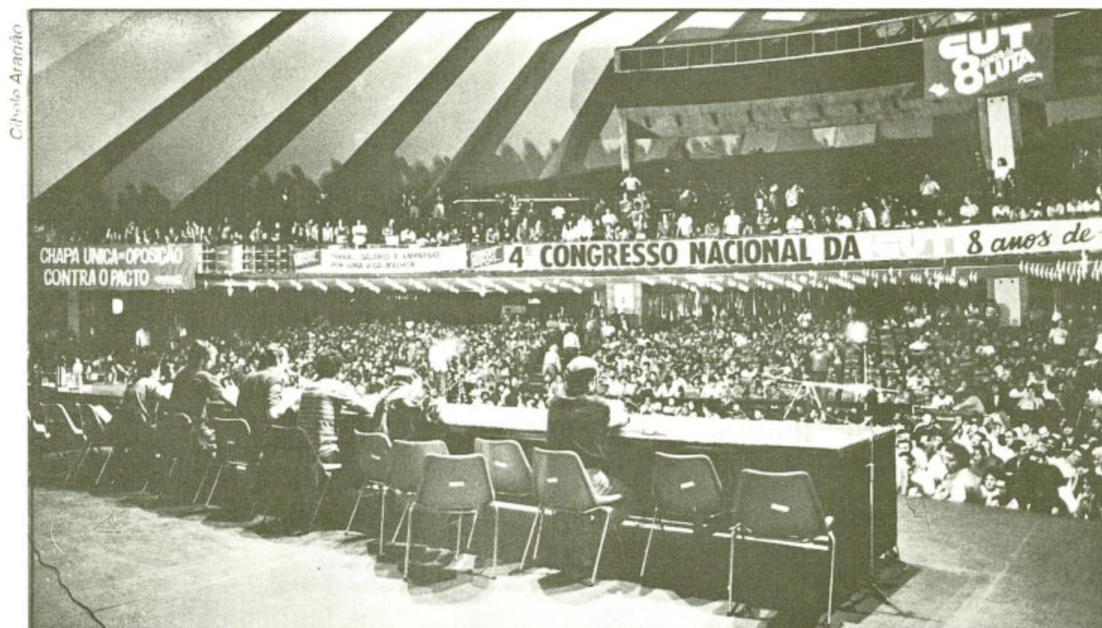
Quanto à CUT pela Base, também neste ponto não há uma posição fechada. Alguns setores defendem a desfiliação, outros avaliam que o problema está na política internacional da central. Durval de Carvalho se alinha com a segunda posição. “Não adianta voltar a este debate de forma apaixonada. O importante é ver que a CUT não tem uma política clara de relações internacionais. Mantendo a filiação ou não, a situação seria a mesma”. Para ele, o problema não está na Ciosl, mas sim na CUT. “A formação de um campo classista no movimento sindical mun-

dial pode se dar por dentro ou por fora da Ciosl”.

Por último, com relação ao temário do 5º Concut, os congressistas também discutirão a estrutura organizativa da central e sua postura diante das eleições quase gerais de 94. Em seus documentos, a Articulação defende um reforço a estrutura vertical da CUT, através das confederações e federações. Alguns de seus dirigentes falam até em extinguir as CUTs regionais e disciplinar a atuação das estaduais. A corrente majoritária também apresentou a novidade dos “sindicatos orgânicos da CUT” — proposta ainda nebulosa.

As demais tendências concordam com a idéia do fortalecimento da estrutura da central. Temem, no entanto, que a ênfase à estrutura vertical estimule o corporativismo. “É preciso reforçar as duas estruturas, mas sem esquecer que o principal papel da CUT é o de forjar a unidade de classe dos trabalhadores — o que exige a superação do corporativismo. No caso das confederações e federações cutistas é preciso democratizá-la, dando-lhes maior densidade de massas. Do contrário, repetiremos os vícios do getulismo”, comenta Sérgio Barroso.

Já no que se refere à sucessão presidencial, todas as correntes cutistas já apresentaram suas propostas de plataforma dos



Segundo várias correntes, o 4º Concut representou uma guinada à direita da central

trabalhadores — sempre de acordo com suas concepções políticas. Interessante observar que a tese unificada defende que a CUT não se posicione no primeiro turno das eleições, levando em conta a “pluralidade de partidos que informam boa parte da militância sindical cutista”. Mas o texto também pondera:

“Dependendo do desenrolar da disputa eleitoral, existe um cenário provável de uma situação de *tipo plebiscitário* entre um projeto democrático e popular e outro projeto conservador (o que é mais fácil acontecer no segundo turno, mas pode se configurar ainda no primeiro), frente ao qual a direção nacional deverá atualizar a tática”. A Corrente Sindical Classista já apresentou uma emenda propondo que o quadro político-eleitoral seja analisado no próprio congresso de maio.

As diferentes opiniões sobre a composição da nova executiva nacional da CUT

O 5º Congresso Nacional da CUT será encerrado com a eleição da nova executiva da central — um ponto altamente inflamável em qualquer fórum sindical. A novidade desta vez é que a Articulação já apresentou formalmente a proposta da composição de uma chapa única para o pleito. Há muitas hipóteses sobre o porquê desta mudança de postura da corrente majoritária — que é bem diferente da adotada no 4º Concut, quando ela esbanjou superioridade e, ao ser contestada, propôs inclusive o “racha” da central.

Uma das razões seria a própria crise do sindicalismo cutista, apesar de não ser reconhecida publicamente. Outra seria o seu contraponto, com a ofensiva das classes dominantes. Neste cenário se incluem os virulentos ataques da mídia à central, as propostas dos partidos conservadores da instalação da CPI da CUT e os riscos decorrentes da revisão constitucional. Razão mais forte ainda é a da sucessão presidencial. Com a chapa única, a Articulação tentaria evitar cisões no campo democrático e popular que só prejudicariam a candidatura Lula.

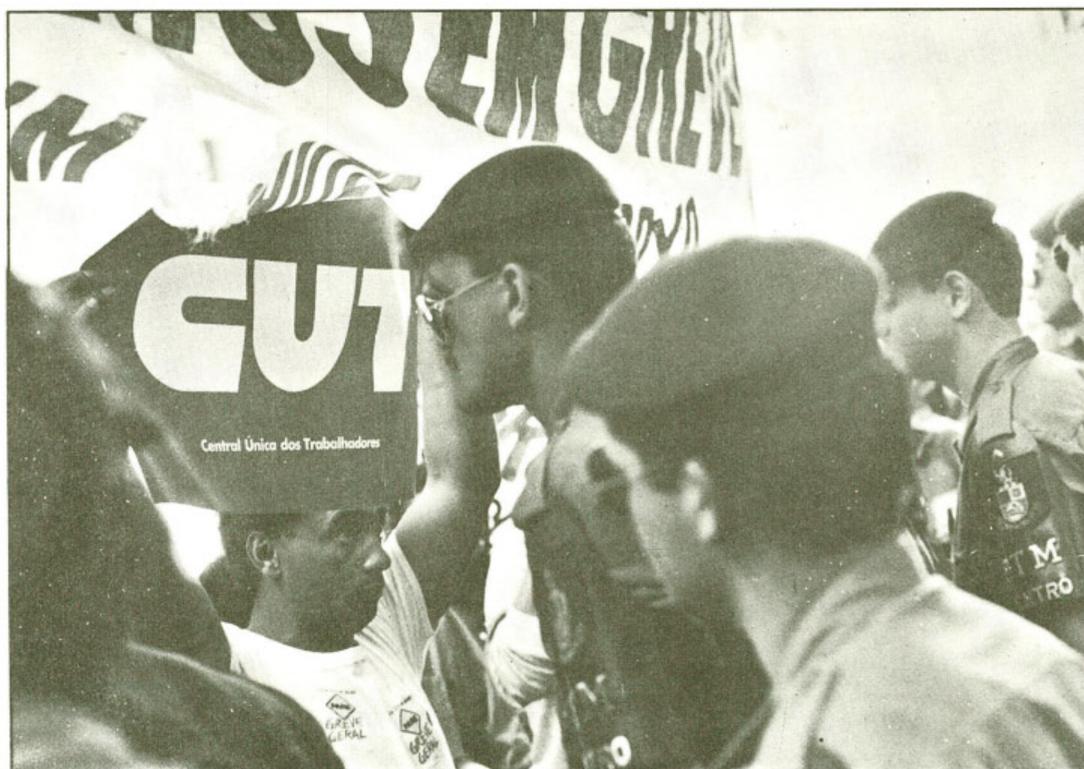
José Olívio confirma algumas destas hipóteses. “94 é um ano de definições políticas. É o ano da sucessão presidencial. Seria um erro se as disputas meramente sindicais atrapalhassem o nosso projeto político maior. Com essa proposta de chapa única queremos evitar a repetição dos confrontos do congresso anterior, que hoje seriam muito mais amplificados pela mídia”. Ele também cita a CPI da CUT para justificar uma maior unidade em defesa da central.

Mas o dirigente da Articulação também dá outras pistas. “A chapa única não é um objetivo obsessivo. Ela só será viável se houver um acordo político prévio entre as várias correntes. Caso isso não ocorra, essa proposta pode resultar pelo menos numa chapa mais ampla, que não seja só da Articulação. Isto já seria bastante positivo”, raciocina. Fica a impressão de que nesta proposta também está embutida a idéia de atrair os setores mais moderados, excluindo os mais contundentes nas críticas às posições da corrente majoritária.

A proposta ainda está sendo ponderada pelas demais correntes — com excessão do PSTU, que já se apressou em anunciar que é contra. “Tudo bem que a discussão no 5º Concut seja fraternal. Mas ele não pode acabar em pizza. Nossas diferenças são enormes e inviabilizam qualquer proposta de chapa única. Não há como mudar a política da CUT sem mudar a sua direção. Nossa proposta se mantém a mesma: a da unificação de todas as correntes que se opõem, de uma forma ou de outra, à orientação social-democrata da Articulação” — enfatiza José Maria.

Ele inclusive acredita que esta postura inflexível de oposição pode ser vitoriosa no congresso. “Ninguém está satisfeito com a situação de paralisia da CUT. Há descontentamento na própria base da Articulação. Além disso, o fato dos delegados serem eleitos nas assembléias de base pode resultar em surpresas no congresso, em mudanças na correlação de forças. Não podemos desperdiçar esta oportunidade de alteração dos rumos da nossa central”.

Já Durval de Carvalho vê com bons olhos a proposta da chapa única. “Ela é positiva,



O congresso de maio precisa revitalizar a CUT, colocando-a novamente na dianteira das lutas

principalmente por ter sido feita pela Articulação. Representa uma autocrítica da corrente majoritária, que no congresso anterior propôs o racha”. Quanto a sua viabilidade, Durval avalia que depende do debate político. “Sem formular uma estratégia classista e estabelecer mecanismos democráticos de convivência, ela é impossível. O exclusivismo e o hegemonismo precisam virar lembranças fúnebres do passado. Do contrário, a chapa única seria artificial”.

Durval informa que um setor da CUT pela Base “está aberto ao diálogo. Sabe que a crise da central é profunda e que a unidade cutista é indispensável neste momento”. Nesse sentido, critica as correntes que rejeitam, a priori, a proposta da Articulação. “É preciso analisar a evolução da conjuntura. No 4º Concut, encabecei a chapa da oposição porque o momento exigia. Havia um processo de agressão da maioria sobre a minoria. Agora se observa uma mudança de comportamento. Não se pode, portanto, adotar a mesma posição do passado”.

Sérgio Barroso também opina que é preciso analisar a proposta da chapa única com equilíbrio, de maneira multilateral. Que de

nada adianta cair no principismo ou mesmo limitar a questão à mera disputa sindical. Conforme lembra, o encontro nacional da CSC, em dezembro passado, foi contundente nas críticas à política da Articulação. Também decidiu reforçar a luta ideológica contra a estratégia social-democrata, demarcando o terreno com esta concepção e dando maior visibilidade à visão classista de sindicalismo.

É com base nesta resolução e também no estudo da evolução do quadro político nacional que a CSC adotará uma posição sobre a proposta da Articulação. “Estamos convencidos de que a unidade cutista é fundamental, principalmente num ano em que é preciso a máxima coesão das forças democráticas e populares. Apesar da ingenuidade de alguns, a burguesia não aceitará passivamente uma derrota nas eleições presidenciais. A batalha será violenta. Daí a necessidade da nossa união. O problema é: unidade em torno de que propostas, de que objetivos táticos e estratégicos e em que condições para encaminhá-las”. Barroso conclui em tom de brincadeira: “Novamente, a Articulação está com a palavra”.

* Jornalista. Presidente do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Os trabalhadores diante do Plano FHC-2 e da sucessão presidencial

João Batista Lemos e Umberto Martins *

Com muita publicidade e a recorrente promessa de que desta vez vai dar certo, o governo acaba de baixar um novo pacote econômico para combater a inflação. Batizado de Plano FHC-2, ele contém ingredientes amplamente conhecidos pelos trabalhadores, como a tentativa de consolidar o arrocho salarial provocado pela inflação passada, através da conversão dos salários aos valores médios (no caso, aqueles verificados nos últimos quatro meses).

O novo plano também não mexe no que o movimento sindical, com certo consenso, considera como causas básicas da crise brasileira: as dívidas externa e interna. A título de novidade, introduz uma dolarização envergonhada da economia, que pode ter efeitos danosos para a soberania nacional.

Pode-se dizer que foram basicamente dois os fatores que moldaram o quadro onde foi pincelado o plano do ministro Fernando Henrique Cardoso. Um deles é a própria escalada da inflação, que já se aproximava da casa dos 50% ao mês, e evidentemente acentuou a impressão de que alguma iniciativa de caráter emergencial teria de ser adotada para evitar um caos ainda maior.

Mais significativo que isto, entretanto, é o jogo da sucessão, que anda revelando ten-

dências perigosas para as elites, sugerindo (a elas) que chegou a hora de apelar para medidas espetaculares e, no rastro delas, programar uma candidatura que unifique as forças conservadoras e de direita (ou, ao menos, o que essas têm de mais significativo) para o embate contra a esquerda

O aspecto central do novo pacote é a tentativa de arbitrar uma política de distribuição de renda entre as classes e grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. Mais que congelar o perfil da participação atual dos diferentes agentes no produto, o FHC-2 transfere ainda mais recursos dos assalariados para o capital, fazendo vistas grossas diante da remarcação febril dos preços nos dias que precederam o anúncio do plano e

ignorando a inflação de fevereiro, que deve ter superado a marca dos 50%.

A exemplo do que ocorreu nos planos anteriores (Cruzado, Bresser e Collor, entre outros), o valor real médio dos salários transforma-se-á em novo valor de pico, base de negociações futuras e sujeito a corrosões da inflação em URV. É claro que o governo garante, como já fez antes, que os preços a partir do FHC-2 se estabilizarão e não haverá inflação na nova moeda. Este filme já foi reprisado várias vezes. Uma pesquisa realizada pela FIPE, em conjunto com o jornal "O Estado de São Paulo", já constatou uma alta dos preços em URV de 1,18% nos últimos dias de fevereiro.

O novo plano é mais uma versão da política neoliberal das elites

De qualquer forma, a verdade é que mesmo nas bases propostas em tese (ou seja, na hipótese de que os salários estarão a salvo da inflação futuramente), o "pacto" embutido no Plano FHC-2 é completamente inaceitável para os trabalhadores. A mera consolidação do arrocho provocado pela inflação passada, digamos a dos últimos três anos (para não ir mais longe) significa um prejuízo demasiadamente grande.

Um estudo produzido recentemente pelo Dieese (publicado no boletim "Divulgação Dieese — Banco de Dados Salariais", nº 5, de fevereiro deste ano), enfocando um universo constituído por 73 categorias, revela que os salários médios em dezembro de 1993 alcançavam apenas 45% do salário real que vigorava no dia 1º de março de 1993. Se a base de comparação histórica for ampliada (para 1985 ou 1982, por exemplo) provavelmente será verificado um arrocho ainda maior.

Obviamente estamos diante de uma queda muito violenta do poder de compra, que foi agravada nos últimos quatro meses de inflação crescente. De acordo ainda com estimativas preliminares do Dieese, a conversão dos salários à chamada Unidade Real de

Valor (URV, que passa a manter certa paridade com o dólar e futuramente deve se transformar numa nova moeda) acrescenta perdas salariais que variam de 30 a 35%. As categorias que recebiam com base na política salarial do governo (que determinava antecipações mensais da inflação, medida pelo IRSM, menos 10% e reposição plena no final de cada quadrimestre) são as mais prejudicadas, ao lado de aposentados e pensionistas.

Assim sendo, o Plano FHC-2 não ameniza as contradições mais agudas da sociedade. A bem da verdade, é mais uma versão da política neoliberal para o país. É bobagem esperar que o movimento sindical venha abrir mão da luta pela reposição das perdas salariais, o que, aliás, seria uma inequívoca traição aos interesses dos trabalhadores. A defesa dos interesses dos trabalhadores exige uma posição firme contra o pacote. A CUT revelou esta mesma compreensão ao convocar os trabalhadores e os sindicatos para a deflagração de uma greve contra o FHC-2 para a segunda quinzena de março.

Sendo mais uma das "saídas" que as elites brasileiras de vez em quando apontam para solucionar a crise econômica (já crônica), o FHC-2 reflete a miséria das soluções e do projeto das classes dominantes brasileiras para a nação. A inflação, que o pacote promete derrubar, tem sido um componente destacado da crise, que se arrasta há mais de uma década, que ganhou contornos estruturais e não pode ser entendida como uma mera manifestação de perturbações conjunturais da produção.

A escalada da inflação está vinculada à submissão do país ao capital estrangeiro

Alguns economistas sustentam que o fenômeno inflacionário resulta do chamado conflito distributivo — um eufemismo para designar a luta de classes que se trava em torno da distribuição das riquezas produzidas e cuja radicalização (que a direita gosta de chamar de grevismo) é um sintoma — que dilacera a sociedade e que o Brasil vem

presenciando desde o final da década de 70. O fato de o Estado, emissor legal da moeda, ter uma indiscutível responsabilidade no processo de desvalorização do dinheiro, não altera a verdade fundamental de que a inflação expressa a luta de classes em torno da distribuição da renda.

O principal efeito da inflação é uma implacável redistribuição da renda, que afeta distintamente as classes e grupos sociais. No nosso caso, é preciso considerar que, apesar da garantia constitucional de irredutibilidade dos salários (um princípio de caráter progressistas e notável importância para os trabalhadores), a participação dos salários na renda nacional caiu brusca e nos últimos anos, em consequência do arrocho salarial, cuja profundidade tem sido constatada pelo Dieese. Trata-se de uma obra da inflação e dos sucessivos planos baixados a pretexto de combatê-las, cujo lugar comum é o rebaixamento dos valores pagos pela mão-de-obra através do truque da conversão dos salários reais pela média.

A aceleração da inflação no Brasil está vinculada às políticas econômicas impostas sob a supervisão do FMI desde 1982, "ajustes" que tinham e ainda têm por objetivo a viabilização do pagamento da dívida externa. Desde então, revelou-se o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico dependente, em boa medida baseado na alocação de recursos externos como complemento dos investimentos realizados no país. Não só a fonte secou, como o sentido do fluxo internacional de capitais (na relação do Brasil com as potências estrangeiras, especialmente com os EUA) sofreu uma perversa inversão.

O Brasil passou a transferir uma parcela expressiva do seu produto ao exterior para pagar os juros da dívida, algo em torno de 13 bilhões de dólares ao ano, o equivalente a 30% da poupança interna. Os efeitos foram um formidável declínio das taxas de investimentos, causando a deformação dos ciclos produtivos e inaugurando uma fase relativamente longa de virtual estagnação econômica (em contraposição ao formidável crescimento da produção desde o pós-guerra, à taxa média de 7% ao ano). O empobrecimento nacional que acompanhou este

processo (um desastre sem paralelo em nossa história) justifica a expressão década perdida que os estudiosos consagraram para descrever o desempenho do Brasil e outros países dependentes (e endividados) durante os anos 80.

Ofensiva da burguesia com as reformas econômicas e a revisão constitucional

A redução relativa e absoluta do produto disponível (da poupança, em especial), devido à brusca elevação da parte transferida ao capital estrangeiro, provocou (e era inevitável que assim fosse) o acirramento dos conflitos em torno da sua distribuição, sobretudo entre capital e trabalho. A inflação tem sido o instrumento da redistribuição pretendida pela burguesia (a grande, bem entendido), garantindo-lhe a irredutibilidade (e mesmo ampliação) dos lucros. A concentração de débitos no setor público (e a estatização artificial da dívida no governo Figueiredo), por outro lado, tem servido de justificativa para o sucateamento das empresas estatais e de serviços essenciais, nas áreas de previdência, educação, saúde, cultura (lembramos a liquidação da Embrafilme) e habitação.

Além de consolidar a miséria salarial e social, o projeto neoliberal das elites (no qual é atribuído grande relevância ao Plano FHC-2) prevê reformas econômicas e políticas que, resumidamente, significam o revigoreamento do modelo econômico dependente (embora este seja a causa da crise) e novas e maiores restrições à democracia (dificultando a representação política das forças progressistas e, na mesma medida, acentuando o caráter elitista das instituições, em particular do Congresso).

No momento, as classes dominantes buscam concretizar tal projeto através da revisão constitucional, que felizmente (apesar da feroz ofensiva da direita) vem enfrentando forte resistência. Os objetivos, candidamente apresentados como "os ingredientes da modernização" (será que alguém ainda acredita

Jailton Garcia



Os ajustes neoliberais e as eleições para presidente exigem respostas dos trabalhadores

nisto?), são claros: fim dos monopólios, abrindo caminho à futura privatização da Petrobrás, Eletrobrás e Telebrás; permissão para a exploração do subsolo pelo capital estrangeiro; fim da diferenciação entre capital nacional e estrangeiro; liquidação de muitos direitos e conquistas sociais consagradas na Constituição de 1988 (como aposentadoria por tempo de serviço); introdução do voto distrital. E chamam a tudo isto de “modernidade” e “progresso” (o cinismo de nossas elites é de fato inesgotável).

Os porta-vozes do neoliberalismo (e são numerosos) propagam que não existe outra saída racional para a crise, mas lembremos que uma prudente sabedoria se revela na idéia de que tudo (ou quase tudo) depende do ponto de vista. Este é, sem nenhuma dúvida, o ponto de vista das elites dominantes. Uma observação menos apaixonada e ideológica da realidade histórica sugere outras conclusões, que podem ser extraídas de dois proeminentes exemplos de ajustes neoliberais que até há poucos dias vinham sendo santificados pela mídia burguesa e aparentemente operavam verdadeiros milagres.

Temos o caso do México que, com o Nafta — afirmava-se — acabava de ingressar no 1º Mundo. O levante camponês em Chiapas mostrou a realidade social miserável que o discurso neoliberal mascarava. Na

Argentina, pioneira da dolarização, distúrbios sociais intermitentes são as mais recentes notícias sobre os efeitos da política econômica de Menen (de um neoliberalismo a toda prova).

A crise econômica brasileira, assim como de outros países dependentes, está intimamente entrelaçada com as contradições da acumulação do capital a nível mundial (e especialmente associadas ao progressivo declínio da hegemonia norte-americana). Integra, conseqüentemente, a crise mundial do capitalismo, que ganhou contornos estruturais.

Ao mesmo tempo, os fatos parecem demonstrar o esgotamento das soluções burguesas, indicando que objetivamente não há outro caminho para o progresso senão o da superação do capitalismo. Em outras palavras, a saída, a nível global (e também para o Brasil), é a conquista de um regime socialista (que a esta altura da história, naturalmente será uma experiência superior à do passado, em função principalmente do desenvolvimento das forças produtivas, que determina também o avanço da consciência humana — não devemos esquecer esta grande lição de Marx). Tudo indica que uma solução neste sentido corresponde a uma necessidade objetiva da história, que acabará por abrir caminho, transformando em reali-

dade (nos países capitalistas) a possibilidade do socialismo.

Sucessão presidencial pode criar uma nova correlação de forças na sociedade

Neste momento, o caminho para uma sociedade socialista passa pela resistência e luta contra o projeto neoliberal. A sucessão presidencial cria uma oportunidade que pode ser excepcional para que o movimento popular avance nesta direção e defina também uma plataforma própria, uma alternativa ao neoliberalismo, de caráter progressista, de esquerda.

Não é sem motivo que sobre a sucessão voltam-se hoje todos os olhos e atenções da sociedade. As elites (ou pelo menos o que nelas há de mais poderoso e consciente) procuram se concentrar num candidato. O comportamento da mídia após a divulgação do pacote indica que este homem é o atual ministro da Fazenda, que já ensaia uma aliança de seu partido, o PSDB, com o PFL, partido que cederia o filho de Antonio Carlos Magalhães, o deputado federal Luiz Eduardo Magalhães, para vice numa chapa que a carcomida direita brasileira, com indisfarçável cinismo, tenta apresentar como a última novidade em termos de modernidade política.

Cardoso tem a vantagem de possuir um verniz de esquerda (que, como demonstra o secretário de Cultura de Maluf, Rodolfo Konder, faz diferença), evidentemente mais um brilho falso, como ele mesmo fez questão de deixar claro quando revelou publicamente os seus compromissos com as elites, pedindo a seus admiradores que esquecessem tudo aquilo que havia escrito no passado (afinal,

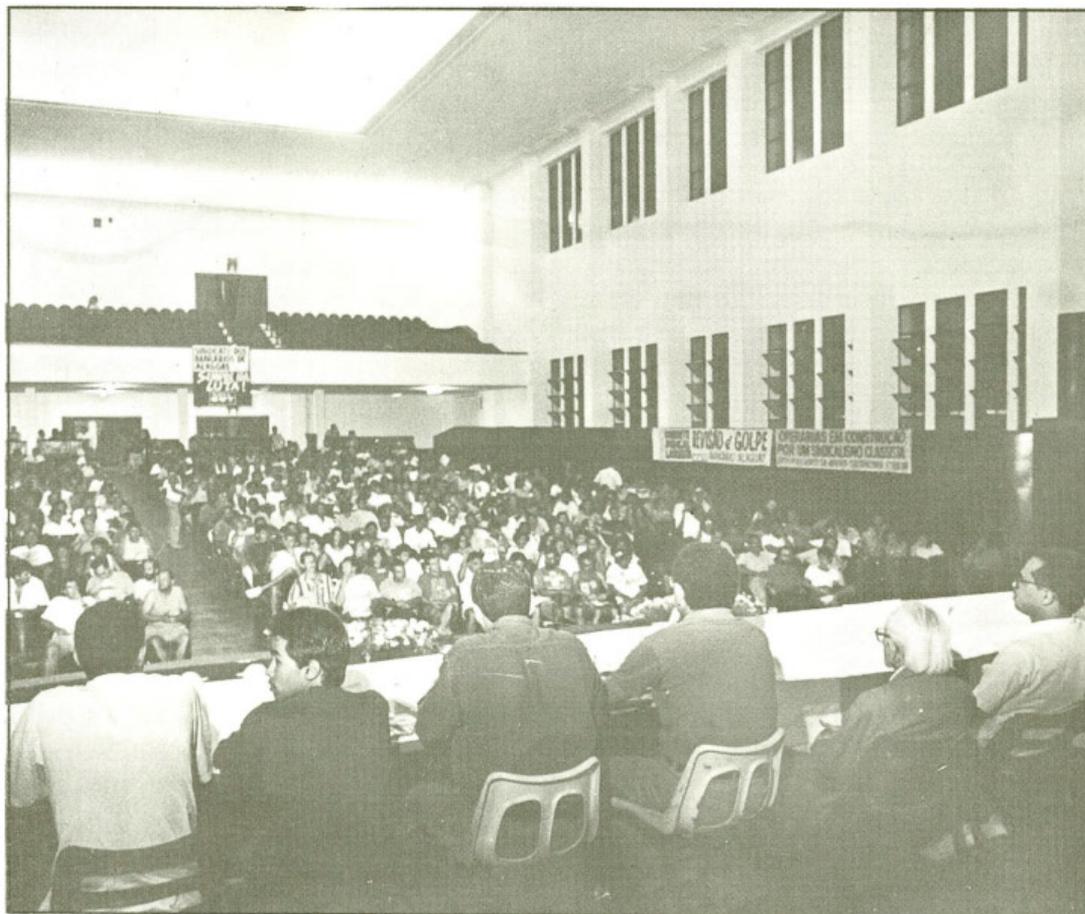
seria difícil conciliar a teoria da dependência, que não deixa de denunciar a subordinação do Brasil ao imperialismo, com a prática entreguista neoliberal).

Os trabalhadores da cidade e do campo, juntamente com outros setores democráticos e nacionalistas da sociedade brasileira, também devem ter a atenção concentrada sobre a sucessão presidencial e reunir energias para apoiar um candidato único das forças progressistas, que defenda uma plataforma alternativa ao projeto das elites, ao neoliberalismo. Um candidato que deve possuir vontade suficiente para passar ao largo do canto de sereia das classes dominantes e saber interpretar com fidelidade os anseios do povo expressos na intenção massiva de votos na esquerda.

O eleitorado quer mudanças profundas, radicais, e não mais um mero arranjo de interesses ao gosto das velhas oligarquias; quer ruptura e não a desgastada e impotente conciliação entre elites. Afinal, o que está em crise é o sistema das elites, assim como o projeto político neoliberal, não obstante seja apresentado como a única solução.

Os trabalhadores, por seu turno, exigem um candidato que se pronuncie de forma clara e decisiva pela suspensão do pagamento da dívida externa; recuperação das perdas salariais; reforma agrária; defesa dos monopólios estatais; controle dos oligopólios privados; defesa da soberania nacional ameaçada; ensino público e gratuito; saúde e previdência para todos os brasileiros. Enfim, alguém que abrace um programa com um conteúdo de classe oposto àquele dos neoliberais e que também contemple o combate à inflação e à crise, mas de forma que os ricos, e não os pobres, as elites, e não o povo, o capital, e não o trabalho, sejam penalizados. A cota de sacrifícios dos assalariados há muito já foi esgotada.

* João Batista Lemos integra a direção nacional do CES e Umberto Martins é assessor de imprensa do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo.



Encontro nacional, realizado em Salvador, definiu a linha de atuação da CSC

A estratégia da corrente classista para combater a ofensiva neoliberal

Nivaldo Santana *

No final do ano passado, a Corrente Sindical Classista (CSC), uma das principais tendências internas da CUT, realizou um encontro com mais de mil sindicalistas na Bahia. O evento definiu a estratégia do sindicalismo classista no combate ao neoliberalismo e também delineou a postura da corrente na disputa pela hegemonia no interior da central. O novo coordenador nacional da CSC apresenta a seguir as principais conclusões deste encontro.

De 9 a 12 de dezembro de 93, cerca de mil sindicalistas provenientes de 25 Estados participaram do Encontro Nacional da Corrente Sindical Classista. Durante os quatro dias de debate, os delegados fizeram um balanço da trajetória da CSC, aprofundaram a discussão sobre a grave crise do capitalismo no mundo e no Brasil, reafirmaram a necessidade da luta pelo socialismo e definiram as tarefas políticas centrais para resistir à ofensiva neoliberal em nosso país.

A abrangência e importância dos temas constantes da pauta do encontro adquirem relevo particular pelo destacado papel que o sindicalismo pode jogar na atual conjuntura. Ainda que atuando num quadro de hegemonia das visões reformistas, inclusive no campo da CUT, os sindicalistas classistas indicaram a necessidade da CSC agir como força independente, ativa e com iniciativa política. Isto com uma concepção revolucionária, que seja capaz de combinar as lutas econômicas e políticas tendo como norte a perspectiva socialista.

É evidente que esta atuação se dá num quadro adverso à luta dos trabalhadores. No mundo inteiro, um verdadeiro furacão conservador ainda procura fazer crer que o socialismo morreu e que hoje se vive a era do liberalismo e da “modernidade” excludente do capitalismo. Apesar disto, a CSC reafirmou sua disposição de “empenhar-se na elevação da consciência socialista da classe operária e dos trabalhadores em geral”. Nesta batalha, há consenso entre os classistas de que a luta ideológica tem importância estratégica.

Concentrar energias na mobilização de classes contra o neoliberalismo

Daí a decisão de ampliar ao máximo a propaganda das idéias socialistas — isto sem transformar a defesa da nova sociedade num mero doutrinário abstrato. A CSC entende que o melhor caminho é o de abordar os problemas concretos do cotidiano sempre numa perspectiva de transformação revolu-

cionária da sociedade. A defesa do socialismo e a participação ativa nas batalhas políticas do dia-a-dia são as questões chaves para o avanço das lutas dos trabalhadores.

Tendo esta compreensão, o encontro definiu como prioritária a luta contra a implementação do neoliberalismo em nosso país. A resistência a este projeto das elites e as contradições existentes no seio das próprias classes dominantes têm permitido, até o momento, imprimir um ritmo mais lento no enquadramento do Brasil ao figurino imposto pela oligarquia financeira internacional. Mas, mesmo aos trancos e barrancos, o projeto neoliberal continua sendo aplicado.

Prova disto é que aumentam os ataques à soberania nacional pela via das privatizações, da lei de patentes e das ameaças contra o monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações. Ao lado disso, com a revisão constitucional em curso (embora sofrendo fortes contestações), as elites procuram casar o ataque à nação com o cerceamento da democracia no país. Daí o empenho em introduzir o voto distrital ou distrital misto e outras medidas políticas casuísticas.

Outra marca do neoliberalismo, bastante visível na revisão, é o ataque aos direitos sociais. Através da chamada flexibilização, o patronato orchestra um grande retrocesso nas conquistas históricas dos assalariados, o que aprofundará a miséria no Brasil. Cabe destacar também o esforço para fragilizar as organizações sindicais com o canto da sereia do pluralismo — verdadeiro Cavalo de Tróia num momento em que a unidade e fortalecimento das entidades de classe são vitais no enfrentamento ao neoliberalismo.

O encontro da CSC também se debruçou sobre a política econômica do governo Itamar Franco/Fernando Henrique Cardoso, constatando que novamente o bombardeio neoliberal parte direto do Palácio do Planalto. É notório que o badalado plano FHC, apresentado em esboço em dezembro, foi forjado nos laboratórios do FMI. Sua receita amarga, já aplicada em outros países da América Latina, só provoca arrocho, desemprego e sucateamento do parque industrial nacional.

O plano FHC parte de premissas consagradas na surrada tese conservadora, segun-

do a qual a causa primária da inflação é o déficit público. O projeto neoliberal, com sua defesa altamente ideologizada do “Estado mínimo” e do livre mercado, encaixa-se como luva para a burguesia na abordagem da profunda crise do seu sistema. As medidas apresentadas agora por Fernando Henrique estão afinadas com este enfoque elitista e excludente.

No essencial, o novo plano corta os gastos do Estado nas áreas sociais, eleva a carga tributária, arrocha salários e lança a economia brasileira na aventura da dolarização, mal disfarçada sob o nome de URV. Todas as análises sérias destas medidas chegam a um denominador comum: o plano FHC é recessivo, concentrador de riquezas e fere a soberania do país num aspecto impar — a própria moeda. O encontro da CSC já havia indicado que a luta contra o neoliberalismo passa obrigatoriamente pela derrota do plano econômico do governo federal.

O papel nefasto da Força Sindical e a grave crise de identidade da CUT

Para enfrentar esta conjuntura adversa, o encontro de Salvador consumiu largo espaço de tempo no debate sobre as potencialidades e debilidades dos instrumentos sindicais da luta de classes. Avaliou criticamente a atuação da CSC no interior da CUT, aprofundou a reflexão sobre os impasses vividos por esta central e projetou alguns dos desafios futuros.

Preliminarmente, foi firmado um consenso de que a Força Sindical, dirigida por Luís Antonio de Medeiros, é a linha de frente do pensamento e da prática neoliberal no movimento dos trabalhadores. Testa de ferro dos interesses das elites, esta central representa o que há de mais reacionário, atrasado e nocivo no sindicalismo. Contra ela há que se fazer um combate frontal, firme e decidido. Não há espaço para qualquer conciliação com o seu dirigente maior.

Numa análise multilateral, entretanto, observou-se que é necessário ficar atento às

defecções que possam ocorrer nas fileiras da Força Sindical. Ao defender ruidosamente as privatizações e o fim do monopólio estatal em setores estratégicos da economia, ao ser cúmplice do arrocho salarial e de outras medidas recessivas, esta central tende a sofrer rachas significativos — principalmente entre aqueles sindicalistas que não têm vocação suicida. É preciso saber aproveitar, com habilidade, estas fissuras no campo inimigo.

Por outro lado, as críticas à Força Sindical não podem obscurecer o verdadeiro zig-zague que caracteriza a própria CUT. Erguendo a bandeira da “modernidade”, do sindicalismo dos novos tempos, esta central passou a adotar, principalmente após o seu quarto congresso, o chamado “sindicalismo propositivo” — importado como sucata da social-democracia européia. Esta concepção, hegemônica na CUT, preconiza uma nova estratégia e uma nova política para a central.

Convivendo pacificamente com as forças neoliberais, este “novo” sindicalismo parte do princípio de que a grave crise do capitalismo atinge a todos — trabalhadores, patrões e governos. Em decorrência desta visão míope, os adeptos desta linha defendem que a solução para a encruzilhada histórica em que o país está metido passa por propostas e ações que envolvam todos estes “atores sociais” — como gostam de tagarelar os ideólogos tupiniquins da social-democracia. A consequência lógica é uma postura conciliadora, imobilista e carregada de ilusões na democracia burguesa.

A CSC entende que a crítica teórica a este rumo não pode ficar circunscrita às polêmicas congressuais. No cotidiano da central já se enxergam os efeitos deletérios desta nova política. Relutância em abraçar a bandeira do “Fora Collor”, sob o argumento legalista de que “temos que respeitar o resultado das eleições; imobilismo nas lutas contra a revisão constitucional e contra as privatizações; prioridade absoluta aos chamados fóruns tripartites; alinhamento automático com a política retrógrada da Ciosl (vide posições anti-cubanas do secretário cutista de relações internacionais), etc.”

Os desafios da corrente classista para aumentar sua força no sindicalismo

O encontro de Salvador decidiu dar maior visibilidade no combate político e ideológico à concepção social-democratizante da corrente hegemônica da central, a Articulação. Esta resolução deverá ter seus reflexos no próximo congresso da central, em maio. Por outro lado, os sindicalistas classistas constatarem, de forma autocrítica, que esta demarcação no campo das idéias não pode encobrir as deficiências, insuficiências e mesmo os erros também cometidos pela própria CSC.

Embora nunca tenha abandonado a defesa do sindicalismo revolucionário e sempre tenha participado ativamente da luta cotidiana contra o neoliberalismo, a CSC não conseguiu, até agora, construir um pólo sindical capaz de demarcar claramente o terreno com as forças reformistas no interior da CUT. O que se observa é que o sindicalismo classista ainda encontra dificuldades para explicitar com nitidez sua política, o que gera uma certa

diluição da sua visão revolucionária de sindicalismo.

Conforme foi enfatizado durante o encontro, é necessário dar maior visibilidade de massas às propostas classistas. É necessário tomar iniciativas políticas próprias, sem se prender à agenda e à dinâmica da CUT. A CSC deve trabalhar com todas as forças sociais e políticas que, de uma forma ou de outra, contraponham-se ao neoliberalismo. Isto mesmo que, no âmbito sindical, estas forças não estejam filiadas à central.

A Corrente Sindical Classista, por sua política justa e seu nível de unidade e organização, tem tudo para aumentar sua força na CUT e no conjunto do movimento sindical. Para que isto ocorra, dando consequência às resoluções do encontro de Salvador, é preciso estar a frente da luta decidida contra o plano FHC e contra a revisão constitucional. É preciso ter uma ação planejada e combativa nos congressos regionais, estaduais e nacional da CUT. É preciso contribuir, desde já, na construção de uma poderosa frente nacional, democrática e popular que infrinja uma dura derrota ao neoliberalismo nas eleições deste ano.

* Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo e coordenador nacional da CSC-CUT



Nivaldo Santana, presidente do Sintaema, foi eleito o novo coordenador da Corrente Classista

Manoel Porto

Sucessões presidenciais no Brasil, uma história de crises que se repete

José Carlos Ruy *

No segundo semestre deste ano, o Brasil terá eleições quase gerais — com destaque para a escolha do novo presidente da República. E, como comprova a história, as sucessões presidenciais sempre provocaram profundas crises e graves abalos no país. O artigo a seguir, ao lembrar os fatos marcantes do passado, procura realçar a importância do pleito que se aproxima, quando estarão em disputa abertos projetos distintos sobre o futuro da nação.

A eleição presidencial deste ano tem um forte sabor de desdobramento de 1989, quando o candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva chegou ao segundo turno com reais chances de vencer, tendo 31 milhões de votos, contra os 35 milhões de Fernando Collor de Mello. A própria direita, para ganhar aquela eleição, teve que aparecer com um discurso de matizes esquerdistas combinados com baixarias de marketing poucas vezes vistas em campanhas daquela envergadura.

Uma combinação tão esdrúxula que só mesmo um aventureiro como Collor e sua trupe poderiam protagonizar. A aventura acabou como se viu, com Collor sendo expulso da presidência em 1992. Mas ela tam-

bém deixou como herança o modelo neoliberal de desmontagem da máquina do Estado, de atentado aos direitos sociais dos trabalhadores e de afronta à soberania nacional.

Com Collor, o neoliberalismo e a capitulação ante o imperialismo foram transformados em programa de governo e dogmas de “bem pensar”. Como o tempo é senhor da razão — o próprio Collor o lembrou —, as coisas foram reencontrando seu lugar, apesar de toda propaganda que insistia em dizer que a divisão entre esquerda e direita perdera o sentido, ou mesmo — mais ousada — que apresentava a esquerda como conservadora e a direita como a portadora do futuro. Assim, a eleição deste ano poderá representar a

disputa, em outro patamar, de programas semelhantes aos que se confrontaram em 1989.

Dois modelos econômicos em disputa. Um, voltado para dentro. Outro, para fora

A disputa entre um modelo de desenvolvimento nacional, voltado para as necessidades internas do país, e outro ligado aos interesses do imperialismo e de seus aliados internos, não é nova no Brasil — e se manifesta particularmente nas eleições presidenciais.

A República brasileira nasceu, em 15 de novembro de 1889, fruto do golpe militar que derrubou o Imperador. Ela abriu um período de disputas intensas entre setores urbanos (classe média e parte da burguesia) radicalizados, e a coalizão de latifundiários e grandes comerciantes de exportação, que dominavam a economia e a política brasileira desde o Império.

Aquele conflito, que desembocou na Constituinte Republicana de 1891, teve uma expressão econômica, ao contrapor os que defendiam o apoio do governo à industrialização do país, contra os que defendiam a vocação agrícola do país e a integração da economia brasileira no mercado mundial como fornecedor de produtos coloniais. Teve também uma expressão política, opondo aqueles que pretendiam criar condições para a integração dos trabalhadores e do povo no processo político, contra os que queriam uma vida política estruturada em torno dos interesses da elite, sem a participação popular.

Silva Jardim, Lopes Trovão e tantos outros abolicionistas e republicanos democratas e populares lutaram contra a escravidão e para que o fim do Império coincidissem com a divisão do latifúndio, criando as condições para a modernização da base da sociedade brasileira. Mas eles foram marginalizados no processo de implantação da República e o novo regime formou-se sob a hegemonia dos setores conservadores.

Essa hegemonia, contudo, não foi alcançada sem resistência. Deodoro da Fonseca, o marechal que comandou a derrubada do Imperador, manteve-se apenas dois anos na presidência. Cercado de antigos monarquistas, em 1891 ele tentou fechar o Congresso, mas foi deposto pelo vice, o marechal Floriano Peixoto.

Floriano consolidou a República. Apoiado nos militares e nos setores urbanos radicalizados, ele tentou desbancar, nos Estados, as oligarquias remanescentes do período imperial, substituindo-as por outras favoráveis aos republicanos. Não conseguiu, e nem teve êxito em eleger seu sucessor. Em 1894, ele transmitiu o poder a Prudente de Moraes, latifundiário paulista cujo governo marcou o início da hegemonia das oligarquias estaduais sobre a República. O novo regime transformou-se então numa “democracia” de oligarcas, onde a participação popular era uma caricatura cruel.

Economia brasileira sempre foi profundamente integrada aos interesses estrangeiros

Com Prudente de Moraes — e com seu sucessor, Campos Sales — os antepassados dos atuais neoliberais, então chamados de livre-cambistas, impuseram então uma política econômica muito semelhante ao receituário das elites de hoje. Em 1899, Campos Sales formulou com clareza aquilo que, hoje, muita gente diz de forma disfarçada: é preciso “tratar de exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições que os outros povos, e procurar importar o que eles possam produzir em melhores condições do que nós”.

Esse princípio serviu como uma luva para os interesses da elite brasileira desde o Império. O país, depois da Independência, continuou produzindo bens primários, como algodão, café, açúcar, etc, destinados ao mercado mundial. A elite latifundiária e o grande capital comercial aqui instalado — sócios da exploração neocolonial do povo brasileiro — mantiveram a economia subor-



Em 1984, o povo brasileiro foi às ruas na campanha das Diretas-Já

dinada a esse princípio, mesmo depois do fim do Império.

Outra coisa que se pode assinalar, em relação ao período em que esse princípio prevaleceu na política econômica do país, é que a economia brasileira esteve profundamente integrada à economia mundial, como querem hoje os pregoeiros da “modernidade” conservadora. E isso não significou grande vantagem para as condições de vida do povo brasileiro. Pelo contrário. Era sobre seus ombros — sobre seu trabalho extenuante — que repousava toda a estrutura social e os “ganhos modernizadores” que beneficiavam apenas a elite.

A luta contra o domínio dessa oligarquia, intensa nas décadas iniciais da República, transpareceu na crise da sucessão de Nilo Peçanha (1909 a 1910), quando a Campanha Civilista (1910) foi liderada por Rui Barbosa na disputa contra o marechal Hermes da Fonseca. Hermes venceu a eleição e, em seu governo, tentou também trocar as velhas oligarquias estaduais por dissidências oligárquicas. Mas não obteve êxito.

A luta antioligárquica também cresceu no governo de Epitácio Pessoa (1919-22), que precisou antecipar a campanha presidencial, onde a oligarquia, unida em torno de Artur Bernardes, enfrentou a reação republicana de Nilo Peçanha. Esse conflito atingiu o auge no governo Artur Bernardes (1922-1926), que enfrentou revoltas tenentistas (e a Coluna Prestes, depois de 1924). Explodiu sob Washington Luís (1926-1930), o último pre-

sidente da República Velha. Washington Luís, paulista, tentou impor Júlio Prestes, também paulista, como seu sucessor, usando os métodos corrompidos costumeiros nas eleições daquela época.

Mas a vitória, subtraída pela fraude a Getúlio Vargas, o candidato dos que queriam mudanças, foi alcançada, pela oposição, pelas armas. Washington Luís foi deposto e Vargas assumiu a presidência, abrindo uma nova etapa na história do país. Depois de 1930, o país entrou em nova fase, mas a estabilidade continuou um sonho. Getúlio Vargas, que chegou ao governo à frente da revolução, foi eleito pela Constituinte de 1934 e deveria entregar o posto ao sucessor eleito em 1938. Essa eleição não chegou a ocorrer — foi anulada pelo golpe de Estado de 1937, que deu início ao Estado Novo. Getúlio governou até 1945, quando foi deposto por uma coalizão de oficiais reacionários, apoiados pelos norte-americanos.

As velhas oligarquias foram derrotadas em 1930, mas não deixaram o cenário político

As velhas oligarquias foram derrotadas em 1930, mas não eliminadas. O poder político admitiu novos sócios e a orientação econômica adotada contemplou também os interesses dos industriais, ao lado dos inte-

resses do latifúndio e do grande capital comercial. Assim, a industrialização do país se aprofundou, com apoio do governo. Vargas criou condições também para a incorporação da classe trabalhadora à vida política. Sua legislação trabalhista incorporou antigas reivindicações trabalhistas e transformou os sindicatos em verdadeiros órgãos do Ministério do Trabalho no movimento operário, subordinando-os dentro dos estritos limites permitidos pelo modelo de desenvolvimento adotado.

Embora temporariamente em segundo plano, o velho modelo livre cambista (hoje chamado neoliberal) não deixou de existir, como mostra o debate entre os defensores da industrialização (como Roberto Simonsen) e seus adversários (como Eugênio Gudín), no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 1944. Gudín, diz Eli Diniz, rejeitava o industrialismo. Ele queria “a redução do volume de obras e investimentos do governo federal” e a restrição e controle do crédito. O problema fundamental seria deter a inflação e “não aumentar a produção”.

Ele dizia que o país devia “exportar muito e importar muito” e pregava a adoção dos princípios estabelecidos em Bretton Woods (onde foi criado o Fundo Monetário Internacional): liberdade de entrada e saída no país para o capital estrangeiro; igualdade de tratamento entre o capital estrangeiro e o nacional; e abolição de qualquer restrição à remessa de lucros. Parece que é hoje, mas essas teses são de 50 anos atrás!

De acordo com o ponto de vista de Gudín, diz Eli Diniz, “a tarefa que se impunha ao governo, naquele momento, era o revigoração do setor agro-exportador e a preservação de sua preponderância na economia do país”. Assim, era preciso “aumentar a nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar”. Essas teses voltaram a predominar na economia brasileira depois da deposição de Getúlio Vargas, em 1945.

Nacionalismo moderado de Getúlio Vargas assustou a burguesia internacional

Assim, quando Getúlio voltou à presidência, em 1950, nova crise se abriu. Embora moderado, o seu nacionalismo assustava as elites e o capital estrangeiro, que o viam como ameaça a seus interesses. Eles tentaram, por isso, impedir a sua posse. A UDN (União Democrática Nacional), partido de grandes empresários, latifundiários e agentes do imperialismo, alegou que Vargas não teve a maioria absoluta dos votos e, assim, não poderia assumir a presidência.

Antes da eleição, Carlos Lacerda, um dos principais líderes da UDN, escreveu na **Tribuna de Imprensa** (1/6/1950) que Vargas “não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”. Lacerda definia, com precisão, o clima de extrema aversão contra Vargas.

A oposição conservadora, diz Maria Victória Benevides, “alimentava suas críticas à política econômica do governo pela aversão às propostas de política social e salarial” e “ao avanço do nacionalismo, em termos de intervenção estatal e controle do capital estrangeiro. Estava em jogo, portanto, a defesa de um modelo ‘neoliberal’, no qual predominavam definições conservadoras sobre a questão operária e privatistas sobre a questão da fórmula para o desenvolvimento”.

Os setores conservadores da elite inquietavam-se e pretendiam limitar a já tacanha democracia da Constituição de 1946. Assim, a conspiração contra Getúlio cresceu, levando a seu suicídio em 1954 — um dos finais de governo mais trágicos da história do país. A sucessão de presidentes efêmeros que se seguiu mostra a crueza do conflito. Os conspiradores de 1954 tramavam para impor ao país o velho modelo “neoliberal” e para consolidar-se no poder. Mas, na eleição presidencial de 1955, Juscelino Kubitschek — visto por eles como herdeiro de Vargas —

derrotou o candidato da UDN, o general Juarez Távora.

Esse resultado levou a nova crise; mais uma vez a UDN queria impedir a posse de um presidente eleito. O presidente Café Filho, vice de Getúlio, afastou-se em novembro de 1955, alegando doença, e seu lugar foi ocupado por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados e um dos golpistas. Ele foi deposto por um golpe preventivo, liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, para assegurar o cumprimento do mandato expedido pelas urnas, pois havia fortes sinais da intenção de impedir a posse de Juscelino.

Depois de Juscelino, a história é mais conhecida. Ele foi sucedido por Jânio Quadros, apoiado pela UDN, eleito naquilo que os conservadores chamaram uma “revolução pelo voto”. Jânio ficou apenas nove meses no cargo e renunciou em agosto de 1961, substituído por seu vice, João Goulart, intimamente ligado a Getúlio e ao trabalhismo. Apesar de vacilante e ambíguo, o governo Goulart foi marcado pelo esforço de implantação das chamadas reformas de base que poderiam levar a um desenvolvimento nacional autônomo. Pensava-se em ampliar a democracia, em realizar uma reforma agrária capaz de fixar o trabalhador rural no campo e formar um mercado interno para a indústria e em adotar medidas para disciplinar o capital estrangeiro (a principal foi a lei de remessas de lucros), etc.

Goulart não terminou seu governo. As oligarquias, que sobreviveram a todo esse período, uniram-se no começo dos anos 60 à alta burguesia e aos agentes do capital estrangeiro, com apoio da alta hierarquia católica, na trama que levou ao golpe militar de 1964, derrotando o movimento popular por reformas na sociedade brasileira.

As sucessões não foram nada tranquilas mesmo no período do regime militar

Foi iniciada então a série de generais presidentes, ratificados por um Colégio Eleitoral espúrio e manipulado. As constantes

mudanças de suas regras demonstram os problemas sucessórios enfrentados sob a ditadura. Castelo Branco, o primeiro presidente militar, teve que aceitar a imposição de Costa e Silva como sucessor, apoiado pelos coronéis da “linha dura”. Costa e Silva adoeceu e foi substituído por uma Junta Militar, em 1969. Sua substituição foi decidida nos quartéis, numa “democracia” de altas patentes, onde o general Garrastazu Medici foi “eleito” pelo Exército, com apoio da Marinha e da Aeronáutica, por 10 votos, contra 8 dados a Orlando Geisel, 6 a Antonio Carlos Muricy, 5 a Albuquerque Lima e 1 a Ernesto Geisel.

Medici não conseguiu impor seu sucessor, vencido pelo grupo castelista, que indicou o general Ernesto Geisel para a presidência. Na sucessão de Geisel, o confronto entre “duros” e castelistas quase virou um choque aberto entre as facções do Exército — levando à demissão do candidato dos “duros”, o ministro do Exército, Silvio Frota, em 1977. Geisel impôs o general João Batista Figueiredo, seu preferido, mas a resistência contra a ditadura cresceu desde então, articulando setores cada vez mais amplos da sociedade brasileira.

O vagalhão, iniciado pelo movimento de massas que ganhou as ruas em 1977 com os estudantes, foi ampliado com as greves operárias iniciadas em 1978, com a campanha



Jailton Garric

pela anistia (que vinha desde 1975) e com a luta pela constituinte em 1978/1979. Ele desembocou, em 1984, na campanha pelas Diretas Já, que não conseguiu seu objetivo mas criou condições para a eleição, pelo mesmo instrumento criado pelos militares para perpetuar-se no poder, o Colégio Eleitoral, do primeiro presidente civil depois de 1964.

O período militar foi marcado pelo mesmo conflito tradicional na República brasileira, entre os dois modelos de desenvolvimento. A facção militar que dirigiu a conspiração e o golpe em 1964, e assumiu o controle da presidência, era intimamente ligada ao imperialismo norte-americano. Mas não era hegemônica nas Forças Armadas, onde um nacionalismo de direita, baseado no projeto de transformar o Brasil numa grande potência, tinha uma legião de adeptos.

A combinação contraditória entre essas duas correntes — os militares ligados ao imperialismo, de um lado, e os nacionalistas de direita, de outro, marcou as disputas entre os militares nesse período. O resultado foi uma internacionalização inaudita da economia brasileira, o aprofundamento da dependência e o agravamento de problemas estruturais crônicos, que atravessam a história do país, mantêm e reforçam o caráter dependente de seu desenvolvimento.

**Como nas anteriores, esta
eleição presidencial será
um momento de crise aberta**

A eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em 1985, abriu um período de transição democrática tumultuado. Tancredo faleceu na véspera da posse, e seu lugar foi ocupado por José Sarney, cujo governo foi marcado pelas contradições entre os anseios populares, os militares que mantinham enorme parcela de poder tutelar sobre o governo e os esforços das elites para manter privilégios insuportáveis para a nação. O povo — cada vez mais — passou a tomar iniciativas em defesa de seus interesses. Crescem as

greves operárias e a luta camponesa tornou-se cada vez mais aguda.

A Constituição de 1988, que consolidou a transição democrática, refletiu essa conjuntura. Nela, as elites conservadoras — unidas no **Centrão** — não conseguiram impor seu projeto de “modernização” à sociedade brasileira. Um elenco de preceitos constitucionais registrou, na lei maior do país, alguns interesses dos trabalhadores, dos assalariados e dos setores progressistas da sociedade brasileira.

Desenhou-se, desde então, um quadro em que os interesses sociais em choque exigem soluções radicais e definitivas. O povo lutou contra a ditadura esperando um governo mais favorável a seus interesses e foi à eleição presidencial de 1989 animado por esse espírito. Os conservadores, por sua vez, julgaram exageradas as conquistas populares fixadas pela nova Constituição, e querem eliminá-las e impor o modelo neoliberal rejeitado na Constituinte de 1987/1988. Para isso, buscaram, na disputa eleitoral daquele ano, um candidato que exprimisse seus anseios.

Tentaram vários — Mário Covas, Alif Domingos, Sílvio Santos... Valia tudo, principalmente quando as chances do candidato da Frente Brasil Popular se revelaram sólidas. Finalmente, na reta final, as elites se fixaram no nome de Fernando Collor de Mello. Deu no que deu. Hoje, novamente, os ingredientes que animaram a disputa eleitoral de 1989 parecem recolocados. Como todas as outras sucessões presidenciais, esta também será um momento de crise aberta no Brasil ... e não parece diferente das outras.

BIBLIOGRAFIA

- Benevides, Maria Victória M., *A UDN e o udenismo*, Paz e Terra, 1981
- Diniz, Eli, *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*, Paz e Terra, RJ, 1978
- Luz, Nícia Vilela, *A luta pela industrialização do Brasil*, Alfa Omega, SP, 1975
- Skidmore, Thomas, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Paz e Terra, RJ, 1992

* Jornalista. Trabalhou nos jornais *Movimento e Retrato do Brasil*.

As contradições sobre a luta em defesa dos direitos da cidadania

Antônia Rangel *

Nos últimos tempos, a questão da luta em defesa da cidadania ganhou enorme repercussão no Brasil. O termo passou a ser usado por representantes dos mais variados e antagônicos setores da sociedade. Mesmo no meio sindical, algumas lideranças passaram a falar num tal de sindicalismo-cidadão. Mas, afinal, qual o seu significado? O artigo a seguir procura responder a questão, indo a origem do termo e polemizando com as visões existentes sobre cidadania.

Embora a luta pela cidadania não possa ser deixada de lado, não podemos nos limitar a ela. Esta é uma questão difícil, dado o seu caráter tão abrangente. O que é a cidadania? O que significa a luta por esse direito? Como se pode chegar à condição de pleno cidadão dentro da sociedade capitalista?

São estas algumas das várias perguntas feitas ao se ouvir falar em cidadania. Perguntas de respostas aparentemente fáceis, mas de difícil concretização na realidade presente. Por isso é necessário elucidar esse conceito desde sua origem histórica, procurando contrapor à visão liberal, à qual ele é inerente, outra posição, que nos ajudará a entendê-lo e a perceber o quanto ele pode ser positivo

ou negativo numa perspectiva transformadora da sociedade.

O conceito de cidadania, embora de forma diferenciada de sua formulação moderna, remonta ao mundo antigo clássico. Nesse artigo, porém, nos preocuparemos em abordá-lo em sua origem liberal, ou seja, no mundo moderno, pois é a partir daí que se desenvolveram as idéias que, até hoje, encontramos dadas no mundo atual.

O livro *Constituições Brasileiras e Cidadania* define cidadania como “o conjunto de direitos reconhecidos a uma pessoa pelas leis de um país (em geral uma constituição), que a caracterizam como a ele pertencente na qualidade de cidadão, e que acarretam, em

consequência, uma série de deveres deste para com o Estado. Segundo o pensamento liberal clássico, a cidadania tem origem no pacto social, através do qual se funda a Nação e se organiza o Estado, pelo estabelecimento de uma constituição. O reconhecimento pela lei de direitos considerados fundamentais à realização da vida do homem enquanto indivíduo e ser social, membro de uma comunidade política, e a garantia desses direitos pela força comum de todos, encarnada no Estado, é o que caracteriza a passagem do indivíduo a cidadão”.

Para outras sociedades, esta formulação pode não fazer sentido, pois é notório como este conceito está vinculado a uma determinada maneira de se conceber a sociedade, à relação entre o modo de organizar o poder, na forma de um Estado, à definição dos direitos atribuídos aos indivíduos nessa sociedade e aos deveres que para eles daí decorrem, em sua condição de cidadão. A sociedade feudal, por exemplo, estava fundamentada em um poder de origem divina, que emanava diretamente de Deus. No mundo moderno, a sociedade se fundamenta nos princípios da razão e o poder emana diretamente dos homens, e das relações entre eles. A visão de cidadania é completamente diferente nos dois mundos.

As diferenças do conceito de cidadania na sociedade feudal e no capitalismo

No mundo feudal, somente a Deus e à religião competia destinar a alguns o direito de governar as diversas partes do mundo. Assim, era o nascimento que determinava o lugar de cada um na sociedade. Dessa forma, o Rei detinha o poder *divino* e delegava aos nobres, através da vassalagem, o direito de dominar a terra e outros homens. Eram os grandes senhores feudais, cujo poder, tal como o do Rei, dependia do reconhecimento daquele que é considerado o representante de Deus na terra, o Papa.

Dessa forma é que se constituem as ordens sociais do mundo feudal — clero, nobreza e terceiro Estado, de que são integrantes tanto os servos da gleba e os camponeses livres quanto os mestres artesãos e os aprendizes e jornaleiros que habitavam os burgos. Suas relações se definiam por uma complexa teia de obrigações de reciprocidade que pulveriza o poder em centros de decisões relativamente autônomos. A relação econômica aí existente é de dependência, onde o servo, embora detenha seus instrumentos de trabalho, é obrigado a repartir o produto de seu trabalho com o senhor feudal, detentor das terras.

Vemos assim que se uma noção geral de igualdade existe ela é de ordem religiosa, é a igualdade de todos perante Deus, enquanto filhos do mesmo. Sua tradução política está antes na noção de um Império Cristão, do que na idéia de um Estado que reconheça a todos direitos e deveres, cujo respeito e cumprimento deve garantir. E a liberdade está em seguir ou não os seus desígnios.

No mundo moderno, onde a sociedade se fundamenta nos princípios da razão e o poder emana dos homens, as relações serão outras. Elas estarão baseadas na emergência de um novo modo de produção, o capitalista, e na consolidação de uma nova ordem social construída a partir dos valores de uma nova classe ascendente, a burguesia, que tratara de elaborar novas teorias filosóficas e ideológicas que servirão de base para as suas ações.

Temos, dessa forma, diferente da Idade Média, a dissociação de direitos, como o de *igualdade e liberdade*, de uma referência religiosa. A sociedade define de outro modo o Estado e o cidadão, caracterizando-se como uma associação voluntária de homens livres, que regulam segundo sua própria razão e em função do próprio interesse o seu convívio. A lei que organiza o poder nessa sociedade, encarnada agora no Estado, fixa diante de todos e para todos direitos que a força do Estado deve assegurar.

A base material dessa sociedade também é outra, ou seja, as relações de trabalho agora se estabelecem através da lógica capitalista. No lugar do servo surge o trabalhador assalariado, que, não dispondo mais dos instru-

mentos de trabalho, vende sua força de trabalho para os que detêm os meios de produção. Os direitos de igualdade e liberdade serão a *igualdade* de todos perante a lei e a *liberdade* de vender sua força de trabalho a quem desejar.

A grosso modo, a comparação acima serve apenas para demonstrar as diferenças de concepção acerca da cidadania. O que nos interessa realmente é esta última, sobre a qual procuraremos discorrer mais detalhadamente.

Hobbes, Locke, Rosseau e as bases da evolução do pensamento liberal

Encontram-se nos pensadores políticos clássicos dos séculos XVII e XVIII as bases para toda a estrutura do pensamento liberal, que têm como unidade básica do raciocínio o papel do indivíduo na sociedade. Teorias que vão inspirar e justificar os acontecimen-

tos decorridos em função das transformações que vinham se processando na sociedade, já no século anterior.

Entre os pensadores de fundamental importância para a evolução do pensamento liberal estão Thomas Hobbes e John Locke, no século XVII, na Inglaterra, e Jean Jacques Rosseau, no século XVIII, na França. Eles vão fundamentar as suas formulações teóricas numa discussão sobre a pretensa situação *natural* do homem, antes deste ter sido *corrompido* pela sociedade.

Hobbes, autor do *Leviatã*, seu principal trabalho teórico escrito em 1651, elabora uma teoria baseada nas paixões como manifestações originárias da natureza humana e de cujo jogo nascem o medo recíproco e o desejo de dominação, que gera conflitos que exigem a instauração de um corpo político que crie condições para uma sociabilidade segura e pacífica. Para ele, existe uma *igualdade* fundamental entre todos os homens em suas capacidades e aptidões. Acredita na igual capacidade dos homens de se destruírem na busca da realização de seus inúmeros desejos e paixões.



Cesar Diniz

A miséria social se alastra pelo país: onde estão os direitos à cidadania

Para Hobbes, inclusive não há dificuldade do mais fraco destruir o mais forte, “porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros, que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo”. Este é um período chamado por ele de guerra de todos contra todos. Partidário da monarquia absoluta, defende a alienação dos direitos dos homens a um governo comum, no caso, o poder absoluto de um soberano — o *Leviatã* — que preservaria os homens e a sociedade. Baseada na perspectiva da burguesia ascendente, esta teoria não vai interessar a essa classe, que tinha como principal inimigo a monarquia absoluta.

Locke, monarquista constitucional, autor do *Segundo Tratado de Governo*, escrito em 1690, ao retomar as idéias de Hobbes, consegue se aproximar mais dos interesses desta classe em ascensão. Suas teses sobre o bom governo e sobre a propriedade foram mais apropriadas a uma classe burguesa que também era monarquista. Em sua teoria, ele apresenta dois estágios diferentes no estado de natureza, antes e depois da introdução do dinheiro.

No primeiro, as leis da natureza limitam a possibilidade de apropriação e acumulação na sociedade, visto que o trabalho é o único elemento capaz de transformar a propriedade comum da terra em propriedade privada. Só quem retirar alguma coisa do estado de natureza e produzir algo através do trabalho pode se considerar o proprietário do produto de seu esforço. Seria este um período de *paz* e não de *guerra*, como concebia Hobbes.

Já no segundo estágio, com o aparecimento do dinheiro, algo não perecível, passa a ser possível a acumulação de excedentes, surgindo assim a desigualdade na sociedade. Com a possibilidade da acumulação, os produtores entram em confronto e a sociedade se desestabiliza, tendendo para o desequilíbrio e o conflito. Engendra-se ainda a divisão da sociedade em classes, que traz o risco de rebeliões. Este seria um período de *guerra*, que reclamaria um governo civil para conter os conflitos que ameaçam a sociedade. Governo que seria formado por proprietários, já

que estes são os únicos com capacidade de raciocinar em função do bem estar de todos.

Para Locke, os indivíduos não proprietários vivem apenas em função de sua sobrevivência, não tendo, portanto, tal capacidade. Resta-lhes apenas aceitar a sociedade civil e seu governo, que lhes preservará o direito à vida, sua única propriedade. Concebe-se assim uma sociedade desigual, legitimando e justificando a apropriação e a acumulação baseada no trabalho alheio, que é o ponto básico da sociedade capitalista que se firmava.

Para Rousseau, autor do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, publicado pela primeira vez em 1755, e do *Contrato Social*, escrito em 1757, o natural do homem é o seu isolamento. A vida em sociedade é artificial e representa um aviltamento da condição natural do homem. Todos os homens são capazes de, isoladamente e em iguais condições, enfrentar as intempéres da natureza. Cada um é livre para decidir seu destino, não precisando do outro para sua sobrevivência.

Uma sucessão de acidentes geográficos, através de séculos, teria arrancado a humanidade de seu isolamento natural, levando-a às sociedades artificiais. A criação da sociedade artificial gera a desigualdade, o uso e abuso das riquezas e outros problemas do tipo, que só se agravam na medida em que a sociedade se desenvolve. Esta se divide irremediavelmente em ricos e pobres, o que gera também conflitos e disputas. Parte dos ricos a iniciativa de formar o poder do Estado para proteger e conservar seus bens, tendendo dessa forma para o extremo da desigualdade — o *despotismo* —, onde a igualdade é restabelecida com a submissão de todos ao déspota.

A solução encontrada seria a constituição de um governo através do contrato social, onde todos os indivíduos alienariam por igual a sua liberdade ao Estado para estabelecer uma união *perfeita*, onde a vontade de cada um teria o mesmo peso dos demais na formação da *vontade geral*. Solução limitada, como ele mesmo salienta, pois nada impediria a corrupção do soberano, que, alegando agir em nome da *vontade geral*,



Carreata em 91 protesta contra o desemprego e exige vida mais digna

poderia usurpar a autoridade e impor o despotismo. O que se conseguiria, então, seria defender temporariamente as aspirações de *igualdade e liberdade*, vivendo a humanidade apenas momentos de paz. A maior duração desses momentos é o objetivo maior de Rousseau.

Marx e a crítica aos limites dos direitos na sociedade burguesa

Com esta pequena explanação, quisemos mostrar como as questões da *igualdade e da liberdade* foram tratadas por esses pensadores, que inspiraram os grandes processos revolucionários na Inglaterra e na França, nos séculos XVII e XVIII e, no mesmo período, a independência dos Estados Unidos. Processos esses que vão constituir a concretização, em graus mais ou menos variados, dos ideais liberais e que vinham para justificar e legitimar a nova ordem capitalista.

Historicamente, podemos considerar a *Bill of Rights*, de muitas colônias americanas que se rebelaram em 1776 contra o domínio inglês, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada pela Assembléia

Nacional da França em 1789, como os primeiros passos para a consagração destes mesmos direitos. Durante a revolução francesa foram proclamadas outras declarações de direitos (1793-1795), que complementavam os direitos de *liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão*, com direitos mais sociais, em nome da fraternidade, e colocavam ao lado dos *direitos* os *deveres* do cidadão. Contudo, na Revolução Francesa a extensão maior ou menor do reconhecimento dos direitos variou com a relação de forças entre as classes. A declaração de 1792 radicaliza a de 1789, mas as seguintes recuam severamente.

Marx, esboçou estas questões em suas obras da juventude. Mais tarde, fez apenas considerações a respeito no corpo de outros trabalhos, principalmente nos escritos sobre a história política da França nas décadas de 1840 a 1870. Segundo seus textos da juventude, o liberalismo só concebia a emancipação humana do ponto de vista político (nas instituições políticas) e não na vida real, onde o que predominava eram as relações econômicas. Tratava-se, portanto, de uma emancipação parcial, limitada e superficial, embora representasse um avanço democrático em relação ao absolutismo anterior.

A emancipação política se daria, portanto, convertendo o homem, por um lado, em

membro da sociedade burguesa, em indivíduo egoísta e independente. E, por outro lado, em cidadão na pessoa moral. Há, desta forma, uma clara distinção entre o que seriam os direitos do homem, do homem egoísta, membro da sociedade burguesa, separado do homem e da comunidade, dos direitos dos cidadãos, que seria o homem político, que é apenas uma pessoa alegórica, moral. Este fato se explicaria pela relação entre o Estado político e a sociedade burguesa, pela natureza de sua emancipação que se daria apenas no plano político.

Marx vai, assim, destrinchando os direitos dos homens e dos cidadãos. Considera a liberdade baseada não na união dos homens mas na separação uns dos outros. A liberdade seria assim o direito a essa separação. O direito do indivíduo limitado a si mesmo, e aplicação prática deste direito, seria o direito à propriedade privada, que consistiria em poder desfrutar de seus bens à sua vontade, sem se importar com ninguém, independentemente da sociedade.

É o direito do egoísmo, o que faz com que cada homem veja num outro homem não a realização, mas sim o limite de sua liberdade. A igualdade não seria tomada em seu significado político, pois, de acordo com o que está expresso na própria constituição de 1795, seu significado seria a igualdade perante a lei, ou seja, que a lei proteja ou castigue por igual a todos.

O conceito de segurança é considerado como o mais elevado da sociedade burguesa, o conceito de polícia. É a idéia de que a sociedade inteira só existe para garantir a cada um dos seus membros a conservação de sua pessoa, dos seus direitos e da sua propriedade. Entretanto, a sociedade burguesa não consegue superar seu egoísmo, através deste conceito. Pelo contrário, a segurança seria a garantia do seu egoísmo

Dessa forma, a crítica de Marx leva à conclusão que nenhum dos supostos direitos do homem ultrapassa o homem egoísta, voltado sobre si mesmo, sobre os seus interesses individuais e as suas vontades arbitrárias, tal como um indivíduo separado da comunidade. A necessidade natural, a conservação das propriedades e as pessoas egoístas, seria o

único elo a unir os homens. Para ele a expressão *direitos humanos* está duplamente viciada, tanto no que se refere ao conceito de direito como no qualificativo de humano. Um e outro nascem das relações materiais entre os homens, as quais, por sua vez, estão eticamente desqualificadas por estarem fundadas na desumanidade do acaso.

A necessidade de inserir um conteúdo classista ao conceito de cidadania

Correspondendo historicamente ao modo de produção capitalista, os direitos humanos em sua forma generalizada ocultam uma desumanidade cujo último fundamento estaria no acaso, nas contingências das relações materiais. Marx, ao fazer estas críticas, parte do princípio de que todo ser humano é em sua essência um ser social. O homem sempre viveu em sociedade e a igualdade natural dos homens seria apenas a de que todos são seres sociais, pois os homens são diferentes em suas capacidades físicas e aptidões, e suas condições sociais diferem de época para época.

Ele investiga, dessa forma, o indivíduo concreto, histórico em seus diversos estágios de desenvolvimento real dentro da sociedade e as condições concretas que limitam e moldam o desenvolvimento humano em cada época. Discorda dos autores clássicos analisados acima, que elaboram suas teorias com base em indivíduos abstratos, desligados da realidade concreta, deduzidos da reflexão humana. O que os leva a crer que os indivíduos alienam seus direitos por vontade própria e não pela contingência dos acontecimentos.

A teoria de Marx coloca, assim, a questão da emancipação humana em outras bases. Os direitos humanos do liberalismo seriam os direitos de uma classe em detrimento de outra, pois a história da sociedade em todos os tempos sempre foi a dos antagonismos de classes, que se apresentam de formas diferenciadas em diferentes épocas. Portanto, a

única forma de emancipação humana seria o desaparecimento total dos antagonismos de classes, que se processaria através da abolição da propriedade burguesa, que, para ele, representa a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classes, na exploração de uns pelos outros.

Entendemos, portanto, com essa primeira discussão, a necessidade de reformular o conceito de cidadania. Não basta lutar por ela sem nos atermos ao que realmente ela significa e as suas reais limitações dentro de seus parâmetros históricos. Pois a luta pela cidadania em nossa sociedade deve ser travada dentro do contexto maior da luta de classes, uma vez que — desse ponto de vista — é inviável a extensão do direito pleno de cidadania numa sociedade erigida por essa mesma classe. Sociedade esta moldada de forma a manter e preservar as suas conquistas.

Por mais que se alcancem os direitos na sociedade capitalista, eles não questionam a fundo o fato de que esta sociedade é baseada na exploração de um ser humano por outro. Qual a garantia a direitos como o de igualdade ou mesmo liberdade nestes termos? Qual a liberdade possível dentro deste contexto? Marx colocou muito bem esta questão. É a liberdade do egoísmo, a liberdade de se acumular mais e mais riquezas. E a garantia dessa liberdade nós não queremos.

Fica claro, portanto, a necessidade de se inserir um conteúdo classista ao conceito de cidadania, de se levar esta luta no contexto de outras lutas maiores, como a luta pelo fim da exploração do homem pelo homem. Só assim conseguiremos alcançar um sistema mais justo, onde as conquistas dos homens sejam realmente em benefício da comunidade e não apenas para alguns alcançarem maior lucro, maior taxa de mais valia.

BIBLIOGRAFIA

— **Bobbio, Norberto.** *Liberalismo e Democracia.* Ed. Brasiliense, quarta edição, São Paulo, 1993.



Hamilton Santos

- **_____.** *Dicionário de Política.* Edunb, Brasília, 1992.
- **Fernandes, Luis.** *O Marxismo e o Impasse entre a Igualdade e Liberdade no pensamento liberal,* in Revista Princípios, nº 13, 1986, Editora Anita Garibaldi.
- **Ganshof, F.L.** *O Que é o Feudalismo.* Ed. Lisboa, Europa-América, 1974.
- **Hobbes, Thomas.** *O Leviatã.* Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- **Marx, Karl.** *Textos Filosóficos.* Ed. Mandacaru, São Paulo, 1990.
- **_____.** **Engels, F.** *Manifesto do Partido Comunista.* Ed. Anita Garibaldi, São Paulo, 1989.
- **_____.** *A Ideologia Alemã.* Ed. Hucitec, São Paulo, 1986.
- **Locke, Jonh.** *Segundo Tratado sobre o Governo.* Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- **Naves, B. Márcio e Barros, J.L. de Aguiar.** *Crítica do Direito.* LECH, São Paulo, 1980.
- **Quirino, Célia G. e Montes, M. Lúcia.** *Constituições Brasileiras e Cidadania.* Ed. Atica, São Paulo, 1987.
- **Rousseau, J. Jacques.** *Do Contrato Social.* Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1983.

* Mestranda em história na Unesp-Franca (SP). Responsável pelo Centro de Memória Sindical do CES.

A experiência reveladora do programa de qualidade total na Fiat de Betim

José Eustáquio *

Apesar do ceticismo de alguns, várias empresas de ponta instaladas no Brasil já operam com os novos métodos de gerenciamento *made in Japão*. No artigo a seguir, um metalúrgico da Fiat de Betim (MG) relata como estas técnicas organizacionais foram introduzidas e quais os seus efeitos no cotidiano dos trabalhadores. Esta experiência concreta evidencia os enormes desafios colocados ao movimento operário por esta nova estratégia da burguesia.

No mundo do trabalho, em tempos mais recentes, são conhecidas e debatidas as questões relativas às mudanças organizacionais nas empresas. Portanto, não nos deteremos na história ou na análise mais geral de tais mudanças, visto haver bons estudos a respeito. Falaremos tão somente dos métodos de implantação e do resultado visível de uma dessas inovações organizacionais, o Plano de Qualidade Total (PQT), na Fiat Automóveis, em Betim (MG).

Aqui na região praticamente todas as metalúrgicas já adotam o discurso da qualidade total. Até o momento, no entanto, sua real implantação se verifica apenas no setor automotivo, capitaneado pela Fiat Automóveis, que por sua vez o impõe às suas forne-

cedoras. Aliás, a multinacional italiana destaca-se neste processo em todo Estado de Minas Gerais, servindo de referência para inúmeras outras empresas que enviam funcionários para participarem de cursos ministrados pela montadora e também para observarem os resultados práticos do PQT.

A implantação do PQT foi precedida de violenta campanha contra o sindicato

Em fins de 1988, a Fiat deu início a uma campanha rigorosa com o objetivo de desgastar a imagem do sindicato e de criar o

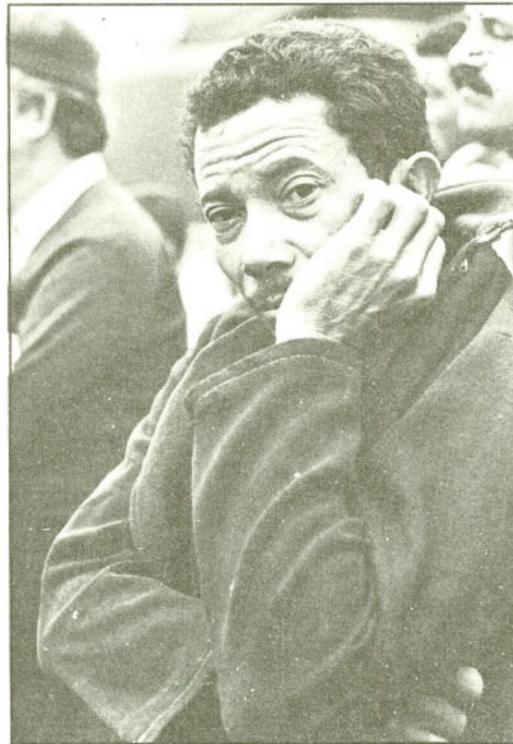
máximo de obstáculos à sua ação. Desrespeitando a legislação brasileira, os trabalhadores sindicalizados foram pressionados a se desfilarem da entidade. Entre os demitidos, por vários motivos, o número de sindicalizados tornou-se absurdamente maior. A empresa também passou a perseguir os dirigentes sindicais dentro da fábrica, expulsando vários deles e coibindo o trabalho dos outros, via pressão sobre os operários para que não conversem com estes durante o horário de expediente.

A Fiat inclusive colocou vigilantes recém-admitidos, e portanto desconhecidos, com uniformes de operário para circular na fábrica com a missão de delatar os simpatizantes do sindicato e, ao mesmo tempo, de difamar a entidade de classe. Os ônibus que transportam os funcionários, que antes estacionavam num único local, foram divididos em três portarias e foi impedido o acesso do carro de som do sindicato — o que trouxe grandes dificuldades ao trabalho sindical. Com estas medidas arbitrárias, a empresa preparava o terreno para o PQT.

Ao mesmo tempo em que desenvolvida esta campanha anti-sindical, a Fiat investiu maciçamente em propaganda interna sobre a importância da qualidade. Utilizava o argumento de que, devido ao acirramento da competição internacional no setor automotivo, só sobreviveriam as melhores, as que tivessem produtos de alta qualidade e baixo custo. Os demais competidores seriam eliminados. De acordo com esta propaganda, nosso emprego dependeria unicamente da capacidade individual de se trabalhar o produto com o máximo de qualidade e produtividade.

A empresa também deixou claro que aqueles que não se enquadrassem na nova forma organizacional, batizada de fábrica racionalizada, seriam simplesmente demitidos. Qualidade e racionalidade passaram a ser as palavras-de-ordem da Fiat. Estavam presentes em faixas e cartazes por toda a fábrica, nos jornais e revistas internas, nas palestras dos chefes, etc.

Simultaneamente a ameaça de perda de emprego, a Fiat começou a divulgar as “benedições” que teríamos, caso a qualidade/produtividade atingisse o nível desejado. Ela



Michèle Milano

passou a reunir os trabalhadores para informar que de agora em diante qualquer um teria o direito de sugerir mudanças no processo de trabalho, de contestar o chefe em relação ao serviço e de controlar a qualidade do seu próprio trabalho. Enfim, todos nós iríamos participar da gestão da empresa.

Um processo agressivo de lavagem cerebral para cooptar os trabalhadores

O passo seguinte foi o de padronizar os banheiros, os crachás e os uniformes — eliminando, na aparência, as diferenças existentes na fábrica. Em seguida, todos os chefes e contra-mestres passaram por intenso treinamento. Vieram então os vários programas para se atingir a qualidade e a racionalidade. Entre eles, o CCQ (Círculo de Controle de Qualidade); CEDAC (que é uma ferramenta do CCQ); TPM-CEP, Programa Sim, obrigado pela ajuda; Programa Limpo-Polivalência-Caixa de Sugestões; Just-in-time/Kanbam; Sol (Segurança Organização e Limpeza).

A empresa também espalhou por toda a fábrica mensagens dirigidas aos empregados alertando-os para o empenho — no crescimento da empresa — e acenando com recompensas. Esta manobra levou muitos companheiros a apostarem que o seu crescimento individual viria somente com o crescimento da própria Fiat. Entre as formas de envolver (cooptar) os trabalhadores, a empresa anunciou um conjunto de benefícios e de regalias aos empregados:

- 1- Cesta básica
- 2- Plano de saúde
- 3- Kit escolar
- 4- Visitas dos familiares à fábrica
- 5- Festa do dia das mães
- 6- Homenagem ao trabalhador por tempo de casa
- 7- Olimfiat (Olimpíada entre os empregados)
- 8- Colônias de férias para os filhos dos empregados
- 9- Festa de casais e dos aniversariantes do mês
- 10- Baile de debutantes para os filhos dos operários
- 11- Festa de natal
- 12- Festa do trabalhador — realizada no Estádio Mineirão, sempre com a presença de grandes atrações e com um clima de alegre feriado.

Entre outros objetivos, estas atividades e benefícios têm a óbvia intenção de mostrar aos trabalhadores que eles não precisavam mais do sindicato. A Fiat, mesmo não compensando financeiramente o vertiginoso aumento de produtividade, tenta vender a idéia de que é capaz de prover os operários de tudo o que necessitam. A fábrica seria a casa e mesmo a família do trabalhador.

Todas estas medidas são acompanhadas por uma agressiva comunicação interna. Os trabalhadores são bombardeados diariamente com as mensagens da empresa, que procura nos envolver, inclusive afetivamente. O efeito é de uma verdadeira lavagem cerebral. Só que ela é disfarçada com a imagem da valorização do homem. Com a implantação do PQT, a Fiat multiplicou os seus veículos

de comunicação com os trabalhadores. Entre eles, destacam-se:

- 1- Quadros de aviso
- 2- Boletins internos
- 3- Informativo “Ao vivo”
- 4- Programa café
- 5- Café expresso
- 6- Vídeo programa café
- 7- Convites, certificados, diplomas
- 8- Volantes informativos, publicitários
- 9- Revista Tempa
- 10- Calendário anual
- 11- Jornal Expresso Fiat
- 12- Encontro Superintendências/Gerentes
- 13- Encontro Superintendência/chefia
- 14- Publicação “2ª onda”
- 15- Cartazes
- 16- Folders
- 17- Faixas/Banners
- 18- Out-Doors
- 19- Consultoria técnica interna

Técnicas para extrair o conhecimento acumulado durante anos de trabalho

Para entender melhor como se dá o processo de envolvimento dos trabalhadores, descrevemos a seguir alguns dos mecanismos de comunicação da empresa. No caso da “Reunião Bom Dia”, os chefes de equipes reúnem seus subordinados no início do expediente para a discussão dos problemas do dia anterior. Nestes encontros, colhem sugestões dos próprios operários para a resolução dos problemas. O conhecimento do trabalhador, acumulado durante anos de experiências, é extraído através deste expediente da empresa.

É interessante observar que nestas reuniões os chefes não admitem que se discutam outros assuntos que não sejam referentes ao trabalho. Quando alguém aborda algum problema que o afeta ou a toda a equipe, como questões de higiene, insalubridade ou pro-

moções, o chefe responde que irá encaminhar a questão para o departamento competente. Mas nunca ela é discutida na reunião com todos os subordinados. Estas reuniões também têm o objetivo de divulgar a política da empresa e servem como termômetro da direção para os possíveis conflitos.

Outro recurso bastante eficiente é o do “Cafezinho com o gerente/diretor”. Neste caso, o chefe reúne de seis a 10 empregados e anuncia pomposamente que eles foram convidados para tomar um cafezinho com o gerente ou diretor fulano de tal. Neste encontro informal, a conversa é aparentemente amena. Fala-se de futebol, família, trabalho, clube, chefias e do plano de qualidade total.

A conversa é tão habilidosa que o empregado volta dizendo mil maravilhas do tal sujeito — o que serve para criar um clima de harmonia no trabalho. Já o gerente ou diretor, por sua vez, arrancam informações valiosas do encontro. Ficam sabendo, por exemplo, como está a aceitação da política da empresa, quem oferece resistências, quais os pontos vulneráveis do programa de qualidade, como se comportam as chefias intermediárias, etc. Talvez por coincidência, de vez em quando algum operário é demitido logo após o tal cafezinho com o gerente!

Existem também os “gráficos de produção”. Através deles, a empresa lista, em local bem visível e em letras garrafais, as equipes que mais se destacaram na produção, no baixo índice de refugo de peças e no absenteísmo. Também são relacionadas as equipes que tiveram o pior desempenho nestes itens, inclusive com o nome dos chefes responsáveis. Esta listagem serve para aumentar a vigilância entre os próprias equipes, criando um clima de concorrência que só resulta em aumento de produtividade e, lógico, de lucratividade da Fiat.

A multinacional ainda edita a revista “Expresso Fiat”, de alta qualidade e de periodicidade regular. Ela é distribuída no final do expediente e divulga o desempenho das equipes de trabalho e também assuntos dirigidos às esposas e familiares dos empregados, tais como concursos, culinária, festivais, etc. A ideologia da empresa também é repassada através de diretores e gerentes,

principalmente daqueles que entraram na fábrica como simples operários.

Já o Clube da Fiat, dotado de boa infraestrutura, é usado como um poderoso instrumento de cooptação dos empregados e de seus familiares. Através de constantes shows, festas, bailes e demais eventos, atrai a família operária que não conta com outras opções de lazer. Em época de campanha salarial, a Fiat promove sistematicamente grandes eventos festivos com a apresentação de artistas famosos. A intenção evidente é a de esvaziar as assembleias convocadas pelo sindicato. Em algumas destas festas, ocorrem sorteios de prêmios.

Os resultados econômicos altamente favoráveis para a multinacional italiana

Como se constata, o PQT tem várias dimensões. Ele procura atingir o trabalhador dentro e fora da fábrica, com mensagens e promoções dirigidas aos seus familiares; tenta coordenar as atividades das fornecedoras e concessionárias; e investe no conjunto da sociedade, com forte campanha publicitária. É um programa amplo, que tem como objetivo manipular os operários, seus familiares, as empresas satélites e os consumidores — estes com a falsa idéia da qualidade. O resultado final do programa é bastante positivo para a empresa.

Em 1988, portanto antes da implantação do PQT, a Fiat faturou 1.161 bilhão de dólares com a venda de seus veículos no mercado interno e externo. A partir de então, num gráfico sempre ascendente, atingiu em 1992 o faturamento de 2.215 bilhões de dólares. Ou seja: acusou um aumento de 91% no seu faturamento em apenas quatro anos. No mesmo período, a evolução do quadro de funcionários, entre horistas e mensalistas, subiu de 11.926 para 14.001. Apenas 17% de novos postos de trabalho, bem abaixo do aumento da produção.

Em 89, a Fiat detinha uma fatia de vendas no mercado interno de 12,1%. Em 92, já estava com 21,1% desse mercado, tendo

crescido 74%, ultrapassando a Ford e quase alcançando a GM. Na produção total por empresa, passou de 23,3% em 89 para 30,7% em 92, acusando um crescimento de 32% e deixando para trás a Ford e a GM. Já os custos de produção por veículos caíram em 44% e o percentual de perda de material também despencou 74%.

Outro dado impressionante é o do aumento da produtividade por funcionário, que foi de 44% desde a implantação do programa de qualidade total. Passou de 24,6 carros-ano para 35,4 carros-ano produzidos por cada trabalhador. A intensa manipulação ideológica, além de reduzir os conflitos organizados, também resultou em baixa nas formas espontâneas de descontentamento e resistência. O absentéismo baixou de 7,6% em 87 para 2,6% em 92 — ficando abaixo da taxa do Japão, a menina-dos-olhos do patronato, que é de 4%.

Não é para menos que em 1993 a Fiat Automóveis foi eleita a “empresa do ano”, segundo a revista Exame. Estes índices, altamente reveladores, indicam o sucesso do PQT. Juntamente com as inovações tecnológicas, esta técnica de gerenciamento cumpriu a lógica do capital. Reduziu os custos de produção, elevou vertiginosamente a produtividade, aumentou os mecanismos de controle sobre os trabalhadores — consequentemente, gerou maiores lucros. E a Fiat ainda não está satisfeita. Atualmente inicia o processo de terceirização — que será desastroso para os trabalhadores, inclusive para os iludidos com a empresa.

Reflexos do programa de qualidade na consciência de classe dos operários

No início da implantação do PQT os trabalhadores da Fiat ficaram apreensivos e receosos. Temiam não se adaptarem as mudanças e serem dispensados. Algumas demissões efetivamente ocorreram, principalmente entre os trabalhadores mais velhos de casa e entre algumas chefias que não assimilaram a nova estratégia. Num segundo mo-

mento, entretanto, diante da aparente “democracia”, verificou-se uma certa euforia entre os companheiros de piso da fábrica.

O fato do trabalhador poder “opinar” sobre o processo de trabalho, do chefe já não ser tão pegajoso e truculento e mesmo de alguns operários serem promovidos — o que era necessário à organização das equipes — fez com que muitos acreditassem que realmente seriam beneficiados com esta nova espécie de gestão. Sentindo-se valorizados, eles se entregaram ao trabalho sem medir esforços. Não se importaram com as novas operações exigidas e nem reclamaram do aumento do ritmo de trabalho — comprovado na elevação da produtividade.

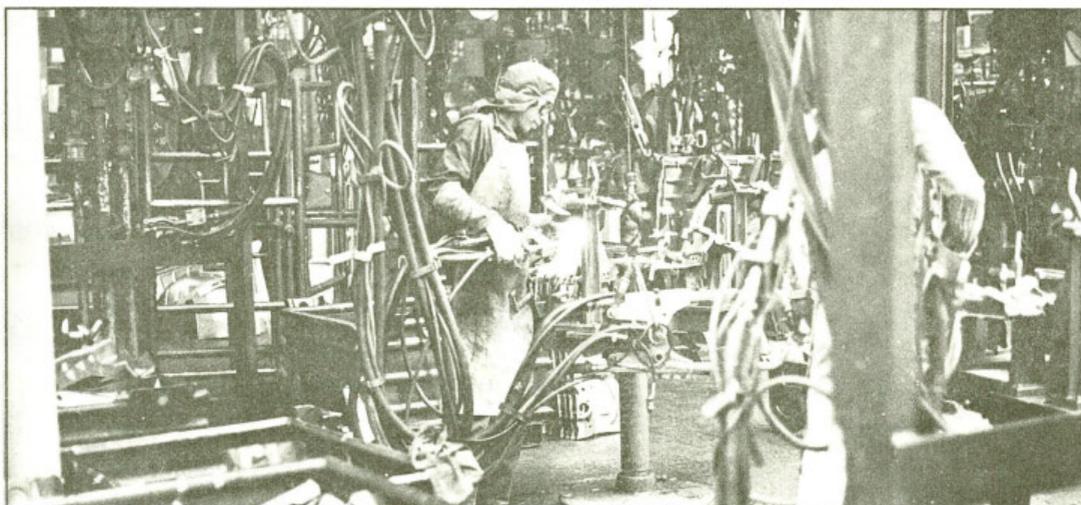
Muitos inclusive passaram a repetir cegamente o discurso da empresa, de que o trabalho em equipe e a integração das diversas seções aliviarão a carga de esforço de todos. Muitos chegaram a apresentar sugestões que resultaram em grande economia de custos operacionais para a empresa. Algumas destas sugestões inclusive eliminaram postos de trabalho. Milhares de companheiros vestiram a camisa da Fiat, botando fé na melhoria de suas vidas.

Só que já se passaram mais de quatro anos da implantação do PQT e a situação do trabalhador é pior do que antes. O operário da Fiat trabalha hoje num ritmo ainda mais alucinante e recebe o menor salário da indústria automobilística do Brasil. Nem o vertiginoso aumento de produtividade foi compensado nos salários. Ao contrário do que muitos pensavam, não se tem nenhuma participação efetiva na gestão da empresa. A Fiat só acata as sugestões que a beneficiam.

Mesmo o tão democrático “esvaziamento” do poder das chefias deu lugar a um controle de novo tipo, mais sutil e eficiente. Hoje ele é exercido pelo próprio companheiro de seção, pelos próprios colegas. Isto porque o tal trabalho em time ou equipe nada mais é do que um engenhoso método do operário fiscalizar o seu parceiro. Dá a impressão de participação, mas na verdade só serve para aumentar a produção e o controle do capital sobre o trabalho.

Todos estas novidades gerenciais trouxeram graves prejuízos, que inclusive afetam a

Keiji Kobayashi



ação sindical e a luta de classes. Com o trabalho em equipe, hoje não existe mais aquele clima de companheirismo entre os trabalhadores. O operário vê seu igual como um rival e fiscal de seu trabalho. Como diz o sociólogo Ricardo Antunes, "o trabalhador se tornou o déspota de si mesmo". Essa é a grande e antiga meta da burguesia para dividir a nossa classe.

Resistência só terá frutos se for capaz de reforçar a alternativa do socialismo

Alguns companheiros já perceberam, mesmo que de forma instintiva, a jogada dos patrões. O trabalho na fábrica se transformou numa tortura insuportável, levando muitos colegas a pedirem dispensa da Fiat. Apesar do discurso sobre a humanização do trabalho, também se verifica o grande número de acidentes e de doenças profissionais (leucopenias, saturnismos, úlceras, gastrites e, o que é mais assustador, as desconhecidas doenças psicossomáticas).

Infelizmente, entretanto, a maioria dos trabalhadores continua iludida. A poderosa manipulação ideológica da burguesia ainda não encontrou uma resposta a altura do movimento operário e sindical. Porém, penso que este modelo de dominação, embora novo, tende a se esgotar. Isto porque ele se baseia numa superexploração do trabalho, que por enquanto é disfarçada com a troca de

algumas migalhas e muitas ilusões. O que ainda leva à submissão do trabalhador é a grave crise econômica que abala o país, gerando o medo do desemprego.

Apesar dos esforços da burguesia, enganam-se aqueles que acreditam que cooptarão totalmente os operários, que anularão sua capacidade de pensar e de agir. As contradições do sistema capitalista continuam a se aguçar, rejeitando qualquer idéia de harmonia entre capital e trabalho. Muitos companheiros, apesar da aparente passividade, estão atentos. Percebem as manobras mesquinhas dos donos do capital e apenas aguardam a oportunidade para dar seu grito de liberdade e de justiça.

É nesta brecha de contradições que o movimento sindical deve ocupar seu espaço de ação. A questão decisiva é ganhar os trabalhadores para a luta, mostrando que só seremos realmente valorizados como seres humanos e como profissionais através da união da nossa classe e do confronto aberto contra o opressor. Mais do que nunca, a única alternativa é a luta para atingir o objetivo histórico da nossa classe, que é a conquista de uma sociedade sem explorados e exploradores.

BIBLIOGRAFIA

- **Plano de Qualidade Total**, publicação interna da Fiat Automóveis, 1993
- Mendes, L.R. **Novas Práticas de Regulação de Conflitos em Tempos de Qualidade Total**. Trabalho apresentado no XI Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração. Salvador, 1993.

* Diretor de Formação do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé (MG) e operário da Fiat Automóveis

Os danos causados pelo pragmatismo sindical nos Estados Unidos

Augusto Cesar Buonicore *

“O capitalismo não é menos necessário ao sindicalismo livre do que a água é para o peixe”. A frase de David Dubinsky, dirigente da AFL-CIO, expressa bem a concepção que há muito predomina no movimento sindical dos Estados Unidos. O artigo a seguir apresenta os momentos marcantes desta história, demonstrando os efeitos nefastos produzidos pelo chamado pragmatismo sindical — que alguns sindicalistas brasileiros insistem em copiar.

O fim da Guerra Civil trouxe um rápido avanço do capitalismo nos Estados Unidos. Em 1894 o país já ocupava o primeiro lugar entre as nações mais industrializadas do mundo. A expansão industrial e a concentração de operários em grandes cidades criaram as condições para o desenvolvimento dos sindicatos. Em 1869, um grupo de alfaiates, liderados pelo ex-pastor Uriah Stephens, funda a Nobre Ordem dos Cavaleiros do Trabalho.

O programa dos Cavaleiros, que se propunha a ser uma organização secreta, estava impregnado pelas concepções dos socialistas utópicos e pelo reformismo pequeno burguês. “Não tencionamos que haja nenhum antagonismo contra o capital necessário.

Apoiaremos as leis que trouxerem harmonia entre os interesses dos trabalhadores e dos capitalistas e também as leis que tendam a fazer mais leve a labuta dos que trabalham”.(1)

Em 1879, Terence Powderly assume o posto de Grão-Mestre e dois anos depois a Ordem deixa a situação de organização secreta e rompe o caráter de seita. Em poucos anos, abarcaria mais de 500 mil filiados. Ela defendia um projeto de nova sociedade asentada nas cooperativas de produção e consumo. Mas os seus principais líderes eram resistentes à utilização de métodos mais radicais de luta.

Powderly chegou a afirmar: “As greves são deploráveis e seus efeitos são contrários

aos mais altos interesses da Ordem. Estremeço só em pensar em greve”. (2) Os Cavaleiros do Trabalho chegaram ao auge de sua força em 1886. Perseguida pelo governo e pelos patrões, passando a sofrer forte concorrência de uma nova central que surgia, a Ordem conhece um rápido declínio.

AFL nasce corporativista e não se propõe a questionar a “escravidão assalariada”

No ano de 1886, um grupo de entidades locais, que se agrupava na frágil Federação dos Sindicatos Profissionais, cria uma nova central — a Federação Americana do Trabalho (AFL). A sua presidência foi entregue a Samuel Gompers. A AFL se distinguia da Ordem em vários pontos. Ela era pragmática, não possuía nenhum projeto de sociedade futura e nem pretendia questionar ou superar a “escravidão assalariada”. Seu slogan era “uma boa diária para um bom dia de trabalho”.

Gompers, em nome do “sindicalismo puro”, lutou contra as correntes socialistas que queriam transformar a AFL numa central de caráter anti-capitalista. Ele também se posicionou contra a formação de qualquer partido operário e socialista e pregou trabalhar dentro dos partidos burgueses existentes. Os dirigentes da AFL rejeitavam a idéia de organizar os trabalhadores desqualificados, constituindo apenas sindicatos por ofício. Este desprezo pode ser constatado na declaração de um dos líderes da AFL: “Não queremos admitir como membros os rebotalhos, os que não prestam para nada”. (3)

Apesar dos limites impostos pela ideologia conservadora da AFL, os sindicatos travaram duras batalhas para conquistar alguns direitos sociais. Em muitos aspectos, as lutas nos EUA foram mais escarniçadas e cruéis do que as ocorridas na Europa. Além disso, nem todos os sindicalistas concordavam com a linha pragmática da AFL. Em 1905, é criado a Industrial Workers of World (IWW). Entre seus fundadores se encontravam os socialistas, como os líderes dos fer-

roviários Eugene Debs, De Leon e Bill Haywood.

A IWW propõe a construção de um sindicalismo classista, rejeita o corporativismo elitista da AFL e defende a organização por indústria e não por ofício. No seu programa diz que “a classe trabalhadora e a classe dos empregadores não têm nada em comum. Entre elas deverá haver uma luta até que os trabalhadores de todo mundo se organizem em uma só classe e se apossam de todas as terras e máquinas para a produção... Em vez do lema conservador ‘uma boa diária para um bom dia de trabalho’, devemos imprimir em nossa bandeira as palavras revolucionárias: abolição do sistema de salários”. (4)

Mas a luta entre socialistas e anarquistas ganha corpo dentro da IWW, o que acaba levando a sua cisão em 1908. Mesmo assim, ela ainda leva uma grande campanha contra a guerra imperialista, o que lhe custou dura perseguição governamental. Em 1918, mais de 100 dos seus dirigentes são presos e acusados de conspiração. A IWW acaba assumindo posições cada vez mais estreitas e sectárias, caindo no isolamento. Em meados da década de 20, praticamente deixa de existir.

Empresas financiam milícias e criam outros obstáculos para conter avanço operário

A burguesia não assistiria passiva o crescimento do movimento operário. Ela forma suas associações e investe nas milícias particulares para combater a ação dos sindicatos. Durante as greves, as portas das fábricas se transformam em verdadeiros campos de batalha. Os patrões estabelecem como critério de contratação a não filiação do operário a nenhum sindicato. Essa fórmula, conhecida por “Yellow dog”, seria um obstáculo ao crescimento dos sindicatos.

Quando a intimidação e a violência privada não funcionavam, o patronato apelava ao poder judiciário. O Congresso americano havia aprovado, em 1890, a lei Sherman, anti-truste, que não seria eficiente para deter



Década de 30: ascenso do movimento grevista é reprimido pelas milícias patronais

a monopolização da economia, mas serviria estranhamente para impedir a ação sindical. Exemplo disto ocorreu quando os ferroviários pararam em solidariedade aos trabalhadores da Pullman. Os tribunais consideraram a greve uma conspiração ilegal e uma violação da lei anti-truste. Expediram mandados proibindo os sindicatos de fazer greve no setor ferroviário interestadual e Debs e outros líderes ferroviários foram presos por desacato.(5)

A pressão do governo e dos tribunais fez com que a AFL passasse a intervir mais nas eleições parlamentares. Sua postura não seria, como a dos sindicalistas europeus, a de fundar ou incorporar-se aos partidos operários/socialistas e sim a de trabalhar no quadro dos partidos burgueses existentes. Isto seguindo a linha, como diria Gompers, de “punir os inimigos e recompensar os amigos”.

Em 1908, a AFL solicita aos dois grandes partidos americanos, o Republicano e o Democrata, que apresentassem emendas à lei anti-truste excluindo a ação sindical. O Partido Republicano não só não aceitou como indicou um notório inimigo dos sindicatos para a presidência da República. Os democratas atenderam a solicitação e, em troca, receberam o apoio da AFL. Derrotados em 1908, os democratas venceriam as eleições de 1912. O novo presidente, Wilson, criaria o Ministério do Trabalho, indicando um sindicalista para ocupá-lo.

No seu mandato é aprovada a lei Clayton, estabelecendo que “a lei contra os trustes não pode ser interpretada a fim de atingir organizações criadas em função do auxílio mútuo, que não possuem capital-ação e nem são conduzidos segundo o espírito do lucro, e nem pode impedir os membros dessas organizações de cumprir legalmente os seus legítimos objetivos”. (6) A nova lei foi recebida por Gompers como a “magna carta do trabalho”. Mas todo este entusiasmo não se justificaria. Nos 24 anos que se seguiram a lei Clayton ocorreram mais processos contra os sindicatos do que nos anos após a lei Sherman. (7)

Durante a I Guerra Mundial, sindicalismo aumenta seus vínculos com a burguesia

Ao contrário da IWW, a AFL apoiou decididamente os esforços belicistas do imperialismo norte-americano durante a I Guerra Mundial. Andrew Furuseth, presidente do Sindicato dos Marítimos, expressaria bem a ideologia pragmática da AFL ao afirmar: “Mostrando que o trabalho é patriótico, os sindicatos podem impedir retrocessos para os trabalhadores durante a guerra. Se os sindicatos dessem ao governo um che-

que em branco com relação as questões de política externa, obteriam melhor tratamento quanto as questões domésticas”. (8)

A AFL se expande no período graças ao aumento do nível de emprego decorrente da guerra. Gompers passa a compor uma das muitas comissões governamentais que visavam enquadrar a classe operária dentro dos esforços de guerra. O governo federal passou a incentivar negociações e contratações coletivas. Entre 1917 e 1920, o número dos sindicalizados subiu de 3 milhões para 5,1 milhões. (9)

Mas a lua de mel acabaria logo. O patronato incorporaria no seu arsenal uma nova arma — o Sindicato de Empresa (Company Union), buscando pulverizar o sindicalismo. As milícias privadas também se tornariam mais ousadas, promovendo constantes escapamentos de operários e líderes sindicais. Em 2 de janeiro de 1920, o procurador federal Palmer Raids ordena a invasão de centenas de lares e locais de reunião e prende mais de seis mil pessoas. Milhares seriam acusadas e condenadas por conspiração para derubar o governo dos EUA.

Se o crescimento econômico do pós-guerra não trouxe grandes benefícios à ação sindical, a crise de 29 lhe foi fatal. A recessão e o desemprego criaram grandes obstáculos às negociações. A massa de desempregados empurrava para baixo os salários. Entre 1920 e 1933, o número de sindicalizados baixou para cerca de 2,6 milhões. (10)

Ascenso das lutas desgasta a direção da AFL e resulta numa nova central — a CIO

A vitória de Roosevelt em 1933 abriu novas perspectivas à luta sindical. Sua política para salvar o capitalismo em crise previa uma ampla intervenção do Estado na economia. Em junho de 33, o presidente promulga a Lei Nacional para Recuperação Industrial (NIRA), garantindo o direito de organização dos trabalhadores sem interferência patronal. O NIRA foi declarado inconstitucional pela Suprema Corte, composta por juízes

arqui-reacionários. Mas em 1935 o Congresso aprova a **Lei Nacional de Relações Trabalhistas**, ou **Lei Wagner**, que manteria os pontos essenciais do NIRA.

A Lei Wagner estipulava que: “1ª) Os assalariados tem direito de se organizar e negociar coletivamente, por intermédio de representantes de sua escolha, e serão protegidos contra qualquer ingerência, entrave ou coação por parte dos patrões: 2ª) Não será pedido, como condição de contratação, que o assalariado adira a um sindicato de empresa ou que se abstenha de aderir a uma organização operária de sua escolha”. (11) O desrespeito as normas estabelecidas acarretaria ao empresário multas e prisão de até um ano. (12)

O patronato, entretanto, não se mostrou disposto a cumprir as novas leis e as greves se multiplicam a partir de 1933. O ano de 1934 conhece uma radicalização há muito tempo não vista no movimento operário americano. Os trabalhadores recorrem a ocupações das fábricas que se recusavam a reconhecer a representação sindical e negociarem um acordo coletivo. Velhos quadros da AFL são questionados por novas lideranças, entre as quais se encontram muitos comunistas.

Um grupo de sindicatos descontentes com a política adotada pela direção da AFL forma o Comitê de Organizações Industriais, cujo principal líder era John Lewis, da União dos Mineiros. O Comitê acreditava que a AFL devia priorizar a organização por indústria e não mais se assentar sobre o sindicalismo de ofício. Em 1938 o grupo é expulso da AFL e passa a se constituir enquanto uma nova central sindical — o Congresso das Organizações Industriais (CIO). O surgimento da CIO ajuda a dinamizar o movimento sindical americano.

A CIO dirige greves importantes. A mais famosa delas resultou na ocupação da General Motors e terminou com a vitória dos trabalhadores. Outro grande movimento foi a greve no setor do aço, que era um dos últimos baluartes dos monopólios a resistir a organização sindical. O marco desta luta foi o Memorial Day, em 30 de maio de 1937, no qual num conflito com a polícia e milícias

privadas foram mortos dez operários e mais de duzentos ficaram feridos.

Mudança no cenário mundial dá novo impulso às visões sindicais de conciliação

Mesmo o início de um novo conflito mundial não diminuiu o ímpeto da classe operária. Em 1943, cerca de 2 milhões de trabalhadores entraram em greve. (13) Mas com a aproximação do final da guerra e a reconversão da economia ocorrem mudanças no sindicalismo. Em março de 1945, William Green, da AFL, e Phillip Murray, da CIO, assinam, ao lado dos dirigentes patronais, o documento intitulado "Uma nova carta para o mundo operário e patronal". Seria um verdadeiro ato de fé na livre empresa capitalista.

O problema central, para os sindicatos, era o de manter o nível de emprego. Isto, segundo os signatários do documento, só seria possível "com a manutenção da união estabelecida no tempo da guerra entre patrões e trabalhadores". Os princípios que deviam reger esta unidade eram: "A propriedade privada e a livre iniciativa no quadro do capitalismo concorrencial são a base do desenvolvimento dos EUA. A livre concorrência e a liberdade individual são as forças de nossa sociedade livre". (14)

Só que novamente a história imporia outro caminho. O ano de 46 foi marcado pelo maior número de greves da história dos EUA. Mais de 170 mil operários da GM cruzaram os braços por 113 dias. Cerca de 750 mil operários do aço pararam por mais de 30 dias e foram seguidos pelos trabalhadores das indústrias elétricas (200 mil), de máquinas agrícolas (300 mil), de conservação de carne (300 mil), das indústrias petrolíferas, das concessionárias das malhas telegráficas, telefônicos, das indústrias cinematográficas. (15) Foram mais de 2 milhões de grevistas e 116 milhões de dias/homens de trabalho perdidos (ou ganhos?).

Aterrorizada, a grande burguesia exige uma política mais dura contra os sindicatos.

Com apoio da grande imprensa, cria um clima anti-sindical. Para isto, utiliza o fato das greves interferirem na demanda de bens de consumo e serviços destinados à classe média, bastante numerosa nos EUA. Em 1947, o Congresso aprova a Lei Taft-Hartley, que restringiria drasticamente a liberdade sindical. Entre outras coisas, a lei proibia os sindicatos de recorrerem a greve para fim de reconhecimento sindical ou de praticar boicotes para forçar os empregadores a negociarem com os trabalhadores.

A lei estabelecia um pré-aviso de 60 dias para deflagração de qualquer greve. Neste período deveriam ser feitos todos os esforços para evitar o conflito. As greves nos setores considerados prejudiciais à segurança e à saúde pública deveriam ter um pré-aviso de 80 dias. Mesmo assim, se eclodissem, o poder executivo poderia intervir e decretar a suspensão do movimento. A Lei Taft-Hartley, no espírito da guerra fria, exigia que o sindicato, para estabelecer contrato coletivo, apresentasse declaração afirmando que seus dirigentes não eram membros ou simpatizantes do Partido Comunista.

O anticomunismo militante da AFL ganha adeptos na CIO, que nega seu passado

Esta visão anticomunista não chocou a direção da AFL. Desde sua fundação, ela sempre foi marcada pela posição anti-socialista. Após a Revolução de Outubro, Gompers se alinhou no campo da contra-revolução internacional e se opôs ao reconhecimento do governo soviético. O anti-socialismo era tão forte que a AFL se recusou a aderir à Federação Internacional dos Sindicatos (com hegemonia social-democrata), por considerá-la radical demais.

Em 1926, o presidente da AFL, William Green, escreveu: "Os comunistas têm em seu programa a destruição dos sindicatos (sic). Por isto, quando os descobrimos nos sindicatos não há outro jeito de tratá-los senão tornar público e expulsá-los". (16) A guerra contra o nazismo, que unificou os EUA e a

URSS, não mudou em nada esta postura. O mesmo Greem reafirmaria em 42: “A AFL não admite comunistas entre seus membros e nem admite que venham a assumir nenhum cargo”. (17)

A CIO, nos seus primeiros anos, adota posição distinta. Ela abre as suas portas para todas as correntes, inclusive a comunista. Quando da sua fundação, estima-se que os comunistas participavam em cerca de 40% dos sindicatos filiados a ela. Sua influência era sentida especialmente nos sindicatos das indústrias automobilística, do aço, da borracha, das indústrias elétricas e no sindicato dos estivadores da costa do pacífico. Os comunistas tinham influência em inúmeras e importantes seções regionais e municipais da CIO, como a de New York, Cleveland, Detroit, Chicago e Los Angeles. (18)

Em meados da década de 40, graças à postura firme no combate ao nazismo e à aliança internacional entre os EUA e URSS, aumenta a influência comunista, que chega a representar de 20 a 35% dos efetivos da CIO. (19) A direção da CIO, ao contrário da AFL, inclusive buscava manter boas relações com os sindicatos soviéticos e firmou até um tratado de amizade. Ela também ajudou a construir a Federação Sindical Mundial (FSM), que congregou as mais importantes centrais sindicais do mundo — com excessão da AFL! Não era a toa que circulavam nos EUA panfletos falsos intitulados “Entre para a CIO e construa uma América Soviética”. (20)

Fusão das duas centrais consolida as posições de direita no sindicalismo

O início da Guerra Fria, no entanto, traria alterações substanciais no movimento sindical americano, consolidando as posições mais conservadoras. Phillip Murray, que até então se colocara como mediador entre as tendências no interior da CIO, passa a defender abertamente as posições da direita sindical. Na convenção de 1948, a CIO aprova moção de censura contra os dirigentes que se

posicionaram contra o Plano Marshall. No fim do ano, a União Sindical de Nova Iorque é excluída da central, acusada de se subordinar ao Partido Comunista.

Em março de 1949, o presidente do Sindicato dos Estivadores da Costa do Pacífico, o comunista Harri Bridges, é retirado de sua função de diretor regional da CIO para Los Angeles. Com ele são demitidos inúmeros funcionários ligados ao PC. Os comunistas passam a ser expulsos das diretorias de vários sindicatos, como o dos Marítimos da Costa do Atlântico e o dos Trabalhadores nas Indústrias Automobilísticas, que era dirigido por Reuther.

No ano seguinte consolidam-se as posições direitistas que colocam a central a reboque da política de guerra fria implementada pelo governo Truman. É aprovada resolução proibindo os comunistas e seus simpatizantes de assumirem funções dirigentes da central. A direção da CIO recebe carta branca para excluir qualquer sindicato. Com novos poderes, decide expulsar o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Elétricas, das Máquinas Agrícolas e dos Estivadores da Costa do Pacífico. Dezenas de sindicatos são investigados e punidos por suas posições políticas. (21)

Contra os sindicatos que não se curvavam à direção da CIO eram utilizados os chamados “raids”, no qual os sindicatos vizinhos buscavam estender suas bases para minar as entidades sob influência comunista. A ação governamental, que proibia os sindicatos classistas de agirem como interlocutores oficiais nas contratações coletivas, e a ação da AFL e agora da CIO contribuíram em muito para a redução drástica da influência da esquerda no movimento sindical americano. John O. Carey, tesoureiro da CIO, não tegiversou quando disse: “No passado unimo-nos aos comunistas para lutar contra os facistas. Em outra guerra unimo-nos aos facistas para lutar contra os comunistas”. (22)

A CIO fica cada vez mais parecida com a velha AFL, unidas na cruzada anticomunista e na defesa das posições belicistas do imperialismo americano. Em 1953, elas assinam um pacto de não agressão. Na verdade, a CIO já estava bastante enfraquecida.

Ela perdera um grande número de membros com a expulsão da esquerda sindical e com a saída de John Lewis do Sindicato dos Mineiros. Quando ocorreu a fusão, em dezembro de 55, a AFL possuía 10.200.000 de filiados e a CIO, 5.200.000.(23) A presidência da nova central seria ocupada por Georg Meany, da AFL. Coube a direção da CIO algumas vice-presidências, uma delas ocupada por Reuther.

**Máfia domina sindicatos
e Al Capone lidera o
"combate ao bolchevismo"**

A postura pragmática e as posições anti-comunistas fizeram do movimento sindical americano um terreno propício para ação do crime organizado. No início da década de 30, vários líderes de quadrilhas foram contratados pelos sindicatos com a finalidade de barrar o avanço de lideranças comunistas. Al Capone, o líder da Máfia, chegou a afirmar:

"O bolchevismo está batendo em nossas portas. Não podemos permitir que entrem. Temos que nos organizar contra ele, unir os ombros e aguentar firmes. Devemos manter a América salva e imaculada. Devemos manter os trabalhadores afastados da literatura vermelha e do logro comunista, devemos

cuidar que sua mente permaneça sadia". O seu bando chegou a atacar a sede do Sindicato dos Caminhoneiros em Chicago. (24)

As quadrilhas inclusive dominaram vários sindicatos. (25) Em outros casos elas foram chamadas para "proteger" os trabalhadores da truculência das gangs contratadas pelos patrões. James Hoffa, presidente do Sindicato dos Caminhoneiros (os Teamsters), afirmaria: "Não se pode escolher os colaboradores. Aproveita-se de quem é capaz de assegurar-nos o sucesso". (26)

Na década de 50 o governo federal inicia uma série de investigações sobre a influência do crime organizado nos sindicatos americanos. Aproveitando-se dos escândalos provocados pelas investigações, o Congresso prepara nova legislação anti-sindical. A direção da AFL-CIO, que até então incentivara o gangsterismo, é obrigada a mudar de postura. Através do seu comitê de normas éticas, abre inquéritos contra dezenas de sindicatos, inclusive o dos Teamsters. (27)

A expulsão dos Teamsters e de outras entidades envolvidas com a Máfia não representou o fim da corrupção e da violência dentro da AFL-CIO. Na década de 70, o presidente do Sindicato dos Mineiros, William Boyle, é condenado à prisão perpétua pelo assassinato de um membro da oposição. No mesmo período, o Sindicato dos Estivadores da Costa Atlântica, famoso por seus boicotes "espontâneos" aos produtos desti-



Sindicatos nacionais da AFL-CIO investem em grandes propriedades

nados ou provenientes de Cuba e da URSS, é acusado de envolvimento no “Escândalo do Trigo”.

AFL-CIO se subordina à política imperialista e é financiada pela CIA

Com exceção do breve período de 38/46 em que a CIO desenvolveu um certo internacionalismo, no restante do tempo a posição hegemônica nas direções da AFL e da CIO foi a de completa subserviência à política externa do imperialismo americano. Este vínculo estreito, no entanto, ganhou maior repercussão na década de 60, quando o sindicalismo americano foi sacudido pelas denúncias de um dos mais importantes dirigentes da AFL-CIO, W. Reuther. Ele revelou que a política externa da AFL-CIO era dirigida e financiada pela Agência Central de Inteligência (CIA).

Em 1965, a renda anual da AFL-CIO era de 10.825.483 dólares, mas, estranhamente, ela remetia para o exterior mais de 6 milhões de dólares, com a finalidade de apoiar o “movimento sindical livre”. (28) A AFL-CIO, a serviço da CIA, patrocinou a desestabilização e a derrubada de inúmeros governos democráticos e nacionalistas e teve participação ativa nas mobilizações imperialistas na guerra da Coreia e do Vietnã.

No caso da América Latina, o principal instrumento desta intervenção foi e continua sendo o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), responsável pelo “treinamento” de sindicalistas latino-americanos. Ele é administrado conjuntamente pela AFL-CIO, pelo governo americano e por um conjunto de representantes de grandes corporações norte-americanas. (29)

William C. Doherty, um dos encarregados da IADESIL na década de 60, afirmaria orgulhoso que a safra de brasileiros graduados “era composta de elementos... que se tornaram intimamente envolvidos em algumas operações clandestinas da revolução antes que ela ocorresse... muitos líderes

sindicais, alguns foram efetivamente treinados em nosso instituto, estiveram envolvidos na derrubada do regime de Goulart”. (30) Em 1973, inúmeros sindicalistas formados e financiados pela IADESIL estiveram envolvidos no golpe militar no Chile.

A estrutura viciada de um sindicalismo cupulista e de “grandes negócios”

Na década de 80, a AFL-CIO possuía cerca de 13,5 milhões de filiados, o equivalente a 85% dos operários sindicalizados, mas a apenas 15% da População Economicamente Ativa (PEA) do país. Era o índice mais baixo entre as nações industrializadas do primeiro mundo. (31) Dos 175 sindicatos existentes, 111 eram filiados a ela e outros 64 eram independentes. Entre estes se encontravam alguns dos maiores sindicatos americanos, como o dos caminhoneiros, dos trabalhadores das indústrias automobilísticas, dos eletricitários e dos estivadores da Costa do Pacífico. (32)

Além dos sindicatos nacionais/internacionais (porque geralmente englobam bases no Canadá), existem os chamados sindicatos locais, que funcionam como uma espécie de sub-sede, embora com certa autonomia. Eles devem receber licença para atuar no sindicato nacional/internacional. Este, para manter o controle, detém o direito sobre as propriedades locais, o monopólio de deflagração de greves e de celebração de contratação coletiva, o poder de revogação da “carta sindical” e de intervenção nos sindicatos locais quando estes desrespeitam as decisões das direções nacionais. (33)

Os sindicatos nacionais/internacionais possuem grandes recursos materiais e financeiros. Cerca de 25% dos sindicatos possuíam na década de 80 uma receita anual superior a 1 milhão de dólares. Grande parte deste dinheiro vem das jóias (taxa de ingresso) e das contribuições periódicas. (34). Outra particularidade é a concepção sobre o papel das lideranças sindicais. Eles são mais

técnicos em contratação coletiva do que organizadores das lutas operárias.

Pouco se preocupam em consultar as bases. Certos sindicatos ficam anos sem realizar assembléias e em alguns casos os dirigentes nacionais indicam as direções dos sindicatos locais. Esta concepção elitista leva a que a alta cúpula sindical receba salários próximos aos dos gerentes das indústrias capitalistas. A visão predominante é de que “o patrão dirige a empresa, este é o seu papel. O líder sindical dirige as negociações relativas a salários, condições de trabalho e estabelecimento dos contratos coletivos. Este é o seu papel. Os dois são técnicos, por isso devem ser bem remunerados”. (35)

Em 74, por exemplo, o salário do presidente do Sindicato dos Empregados em Hotéis e Restaurantes, que tinha na base 472 mil trabalhadores, era de US\$ 135.429 e o do dirigente da Fraternidade Internacional dos Condutores (com quase 2 milhões de trabalhadores na base) era de US\$ 133.340. (36) Esta concepção capitalista, também batizada de sindicalismo de negócios (Union Business), tem sido uma das causas do burocratismo, da violência e da corrupção que impera no movimento sindical americano.

NOTAS

* Historiador. Dirigente da CUT Regional Interior I - Campinas, São Paulo

- (1) Huberman, Leo. *Nós, o povo*, p. 207
- (2) Idem p. 208
- (3) Idem p. 210
- (4) Idem p. 212
- (5) Idem p. 217
- (6) Lefranc, Georges. *Sindicalismo no Mundo*, p. 31
- (7) Huberman, Leo. *Nós, o povo*, p. 213
- (8) Morris, George. *A CIA e o Movimento Operário Americano*, p.29
- (9) Marshall, F. Ray e Rungeling, B. *O Papel dos Sindicatos na Economia Norte- Americana*, p. 54
- (10) Idem, p. 55
- (11) Lefranc, Georges. *O Sindicalismo no Mundo*, p. 70
- (12) Lefranc, Georges. *Les expériences Syndicales Internationales*, p. 287
- (13) Idem, p.
- (14) Idem, p. 295/298
- (15) Idem, p. 298/299
- (16) Idem, p. 306
- (17) Idem, p. 306
- (18) Idem, p. 307
- (19) Idem, p. 307
- (20) Morris, George. *A CIA e o Movimento Operário Americano*, p. 47
- (21) Lefranc, Georges. *Les Expériences Syndicales Internationales*, p. 309
- (22) Morris, G. *A CIA e o Movimento Operário Americano*, p. 105
- (23) Lefranc, G. *O Sindicalismo no Mundo*, p. 79
- (24) Morris, G. *A CIA e o Mov. Operário Americano*, p. 35
- (25) Idem
- (26) Tyler, Gus. *A Revolução Trabalhista*, p. 232
- (27) Idem p. 230
- (28) Morris, G. *A CIA e o Movimento Operário Americano*
- (29) Idem p. 84
- (30) Idem p. 86
- (31) Fravord, Charles-Henri (org.). *O Sindicalismo*, p. 46
- (32) Idem p. 46
- (33) Marshall, F. e Rungeling, B. *O Papel dos Sindicatos na Economia Americana*, p. 67/68
- (34) Idem p. 72
- (35) Martinet, G. *Sept Syndicalisme*, p. 176
- (36) Marshall, F. e Rungeling, B. *O Papel dos Sind. na Econ. Americana*, p. 74

Arquivos sindicais: suporte à memória e subsídio para a ação

Viviane Tessitore*

A relevância da presença sindical nas lutas travadas pelos trabalhadores brasileiros, ao longo do século XX, tem despertado o interesse de pesquisadores das mais diversas áreas das ciências sociais. Mas, sobretudo, levou os próprios sindicatos a refletirem sobre a necessidade de preservar a memória de sua ação, e a tomar iniciativas nesse sentido, como a criação do Programa de Memória e Documentação da CUT-Nacional, do Núcleo de Documentação do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, do Centro de Documentação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, etc.

Nesse contexto, surge a preocupação com a organização dos arquivos das entidades sindicais, especialmente do chamado “arquivo-morto”, que abrigaria a documentação considerada “histórica”. Se, por um lado, essa preocupação conduziu a resultados positivos em termos de preservação e divulgação dos documentos gerados pelos sindicatos; por outro, recoloca, com as especificidades próprias da área sindical, uma problemática que, de modo geral, tem caracterizado os arquivos no Brasil: a desvinculação entre um arquivo que é “memória” e que extrapola e, não raro, abdica mesmo de suas características arquivísticas, e um outro ar-

quivo, dito “administrativo”, que serve às rotinas da entidade.

Essa desvinculação tem levado, nos mais diversos tipos de instituições, a equívocos que vão da definição e compreensão do papel do arquivo ao seu processamento técnico. Para podermos discutí-la, comecemos definindo o que estamos entendendo por arquivo.

1. Arquivos: características e finalidades

A experiência humana, em sua imensa diversidade, tem produzido e acumulado um grande número de registros que a testemunham e indicam os caminhos trilhados, pos-

sibilitando o seu conhecimento e reavaliação. Esse conhecimento é essencial para que cada pessoa, segmento social, movimento ou instituição construa sua identidade e defina sua atuação, individual ou coletiva, na sociedade em que vive. Esses registros constituem o que chamamos documento, definido tecnicamente como o conjunto da informação e seu suporte (1). É documento o livro, o artigo de revista, o prontuário de funcionário, o programa de um curso, a carta, o cartaz de um seminário, o vídeo de divulgação do sindicato, a legislação, os objetos utilizados, etc.

Arquivo é o conjunto de documentos acumulados de forma natural no cotidiano

Dentro do amplo e complexo universo dos documentos, nem todos podem ser definidos como de arquivo. Não é a condição de um documento de manuscrito ou impresso, avulso ou encadernado, papel ou disquete, objeto ou não que o define como um documento de arquivo, mas sim a sua origem e função.

Arquivo é o conjunto de documentos acumulados organicamente, de forma natural, no decorrer das funções desempenhadas por entidades (2), independentemente da natureza ou do suporte da informação. É um órgão receptor, ou seja, os documentos chegam a ele por passagem natural e obrigatória. Ninguém decide formar um arquivo, como se forma uma coleção de livros, de jornais, de objetos; essa acumulação é parte intrínseca da própria rotina da entidade, na medida em que necessita desses documentos para conduzir o seu cotidiano.

São as funções do sindicato junto àqueles que representa, suas relações com instâncias patronais e governamentais, assim como com outros segmentos sociais, suas obrigações junto a seus próprios empregados que geram a documentação constitutiva de seu arquivo.

Os documentos que o formam caracterizam-se por sua unicidade (3) e por serem



Promulgação da Constituição em 46

provenientes de uma única fonte acumuladora (a entidade que o produziu). Podemos ter documentos do e sobre o sindicato com muitas pessoas e órgãos; esses documentos, porém, farão parte dos arquivos dessas pessoas e órgãos. A entidade sindical não é tema sobre o qual o arquivo coleciona tudo o que há, mas um organismo que, no decorrer de suas atividades, acumula uma dada documentação, que é preciso organizar e tornar disponível. (4)

Ao mesmo tempo em que são únicos quanto aos seus dados individuais, sendo produtos das funções da entidade, enquanto persistirem as mesmas funções, os mesmos tipos de documentos serão elaborados, **formando séries**.

A totalidade desse conjunto, que espelha a própria trajetória da entidade que o acumulou, é **indivisível**, porque somente dentro dele o documento adquire seu pleno significado. Toda e qualquer parte do conjunto que mantenha seu valor administrativo, jurídico e/ou informacional deve ser preservada, seja qual for a conjuntura política em que tenha sido gerada. Dada a alternância de correntes políticas na direção, que caracteriza as entidades representativas, o arquivo deve ser capaz de fornecer informações à administração em curso, seja para a continuidade ou para a reavaliação dos rumos anteriormente traçados.

Sua organização segue princípios gerais e se baseia na trajetória específica de cada entidade; exige conhecimento da relação entre os documentos e a estrutura/funções da entidade. Descreve (5) conjuntos de documentos. Não pode basear-se em critérios temáticos, sejam os da classificação bi-

blioteconômica, sejam os da investigação histórica, ou quaisquer outros, pois isso significará a perda da organicidade do arquivo, de sua identificação com a entidade acumuladora e, portanto, de seu significado.

Documento não é gerado para servir à história, mas para cumprir objetivos imediatos

Como suas características indicam, pois, **a finalidade primeira de um arquivo está relacionada com as finalidades da própria entidade que o acumulou**, neste caso, as entidades sindicais; ele registra sua ação política, administrativa, jurídica e social como prova das obrigações e direitos do sindicato e testemunho de suas decisões e práticas, fornecendo subsídios para a identificação com elas ou a sua transformação, para atuação de seus membros na realidade social. Sua utilização como fonte para a construção pela entidade de uma memória de si mesma ou para a pesquisa histórica é uma finalidade secundária, não porque seja menos importante, mas porque surge posteriormente. Nenhum documento de arquivo foi gerado para ser memória ou para servir à história, mas para cumprir um objetivo imediato.

2. As três idades dos arquivos e sua desvinculação

Tendo em vista esses múltiplos valores que vão assumindo, os documentos, ao longo de sua existência, passam por diferentes fases sob o ponto de vista de sua administração e de seu uso, desde o momento de sua produção até sua eliminação ou guarda permanente. Podemos dizer que possuem três idades:

Arquivos correntes ou de 1ª idade (fase ativa): conjunto de documentos estreitamente vinculados aos fins imediatos para os quais foram produzidos ou recebidos e que, mesmo cessada sua tramitação, se conservam junto aos órgãos acumuladores em razão da frequência com que são consultados por eles. É nessa idade que se dá a avaliação de documentos, a qual determina, através das tabelas

de temporalidade, os prazos que cada conjunto de documentos da mesma natureza ficará no arquivo corrente, quando será transferido ao arquivo intermediário, se o eliminarão ou recolherão ao arquivo permanente e quando isso ocorrerá.

Arquivos intermediários ou de 2ª idade (fase semi-ativa): conjunto de documentos originários de uma unidade de arquivo corrente, com pouca frequência de uso, que aguardam destinação final em depósitos de armazenamento temporário. São consultados apenas pelo órgão produtor ou com autorização deste. É nesta fase que se executa a segunda e última parte da tabela de temporalidade estabelecida pela avaliação, procedendo à eliminação, coleta de amostragem ou recolhimento integral ao arquivo permanente dos conjuntos documentais, conforme determinado por essa tabela.

Arquivo permanente ou de 3ª idade (fase inativa): conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor administrativo, fiscal, histórico, testemunhal, legal, probatório e científico-cultural. Aqui, o usuário é, principalmente, o pesquisador (seja qual for sua especialidade), o que não quer dizer que o cidadão não busque esses documentos como prova de seus direitos ou que a entidade não deva usá-los como testemunho de ações passadas e subsídio ao processo decisório. Nesta fase, o arquivo pode desenvolver atividades que colaborem para a divulgação de seu acervo, como seminários, oficinas de trabalho, conferências, exposições, serviço educativo, publicações, mas sem descuidar de suas funções essenciais: o processamento técnico do acervo e o atendimento ao usuário.

Certos vícios impedem a plena utilização dos arquivos nos sindicatos

Para que os documentos de arquivo possam cumprir suas funções de informar, provar, testemunhar, servindo à entidade que os gerou e a outros usuários potenciais, torna-se

necessário que essas três fases se encontrem corretamente representadas na entidade, através de órgãos hierarquicamente bem situados, que contem com profissionais devidamente preparados para esse fim, em condições de oferecer atendimento adequado ao seu público específico.

É preciso ainda que haja perfeita **integração entre as três idades**, de forma a que as transferências dos arquivos correntes aos arquivos intermediários e as seleções e recolhimentos destes ao arquivo permanente, uma vez normalizadas, se realizem ininterruptamente; igualmente se garante com essa integração uma padronização mínima de procedimentos técnicos que, respeitando a autonomia e a especificidade de cada departamento, de cada secretaria, possibilite a comunicação entre os diversos arquivos da entidade, garantindo que os documentos estejam corretamente organizados, acondicionados e armazenados e possua instrumentos adequados para a recuperação da informação.

O que tem, contudo, caracterizado a área de arquivos nos sindicatos, assim como em outras entidades, é a desvinculação entre essas fases, interrompendo o percurso do documento e, conseqüentemente, impedindo a sua plena utilização.

Voltadas para os valores imediatos da documentação, na luta cotidiana, as entidades ocupam-se, fundamentalmente, de sua fase corrente, sendo que as atividades de recebimento, registro, distribuição, expedição e acompanhamento de documentos acabam por predominar em detrimento das de arquivamento. Estas últimas são exercidas por pessoal não qualificado tecnicamente, que acaba por desenvolver critérios pessoais de organização do arquivo, dificultando seu manuseio pelos demais.

Cumprida a função em razão da qual os documentos foram produzidos e ultrapassados os prazos legais de guarda, os documentos ou permanecem junto àqueles ainda em fase corrente, não recebendo tratamento adequado, ou são enviados para o chamado "arquivo-morto", cujo nome já demonstra a visão que se tem dele, normalmente alocado em depósitos absolutamente inadequados.

Em ambos os casos, a utilização desses documentos passa a ser difícil e até mesmo impossível, prejudicando a recuperação de informações importantes não só para historiadores e cientistas sociais para os quais essa documentação assumiu valor de fonte, mas, e sobretudo, para o próprio sindicato.

Não passando por uma avaliação em moldes técnicos, esses conjuntos documentais ou são indiscriminadamente eliminados, ou indistintamente guardados, comprometendo a preservação daqueles que possuem valor permanente.

Em que pese essas questões, aqui a identidade do arquivo, embora precariamente, é mantida. Há, porém, um outro extremo, que, se busca solucionar alguns dos problemas colocados acima, comporta outros riscos não menores: a criação, nos sindicatos, de unidades ou projetos encarregados da "documentação histórica" ou da "memória" da entidade.

Quer recebam o nome de arquivo histórico, projeto, programa, núcleo ou centro de memória, responsáveis pela documentação de caráter permanente, estão localizados, normalmente, na área de formação dos sindicatos, sem que consigam manter ligações estáveis e duradouras com os arquivos correntes, embora muitos tenham feito grandes esforços nesse sentido.

Seu posicionamento numa área educativa desvia-o de sua função junto à direção e administração do sindicato. Depositário do "passado", que se deseja, sem dúvida, lembrar, mas no qual os próprios militantes não conseguem perceber uma relação imediata com as lutas presentes, essas unidades e projetos (os projetos mais que as unidades) acabam por ser vistos como uma espécie de "ornamento", interessante, mas do qual se pode prescindir, secundário em relação às urgências do presente.

Essa atomização do fluxo documental, em que a documentação permanente e a corrente aparecem como realidades absolutamente distintas, revela o corte que se realiza entre passado e presente, como se o hoje não fizesse parte de um processo, que comporta rupturas e continuidades.

Instrumento valioso para a acção transformadora do sindicalismo na sociedade

Dentro desse perfil, muitos desses projetos e unidades não conseguem obter ou perdem sua identidade como arquivos permanentes, os arquivos tornam-se sinônimo de memória, transformando-se em verdadeiros centros de documentação e/ou de pesquisa, voltados para a coleta de dados, para a construção e difusão de uma história do sindicato (necessariamente instrumental), deixando em segundo plano a definição e implementação de uma política de arquivos e o gerenciamento da área arquivística no sindicato, o que deveria constituir sua finalidade primordial, em virtude dos obstáculos que sua posição equivocada e a pouca percepção que os dirigentes sindicais ainda têm da importância dessa documentação originam.

Arquivo não é coincidente com memória, não é seu sinônimo, fornece, isso sim, subsídios para a sua construção e reconstrução nos variados momentos da vida da entidade. O arquivo registra as ações no momento em que ocorreram, registro marcado evidentemente pelo contexto em que foi produzido; a memória reelabora continuamente o passado a partir das experiências presentes.

Igualmente diferencia-se do centro de documentação, nome que, não raro, lhe é atribuído. Este último é um órgão colecionador e/ou referenciador, que reúne por compra, doação ou permuta documentos (originais ou cópias) de diversas origens, documentos de arquivo, biblioteca ou museu, e produz referências sobre uma área específica da atividade humana (por exemplo: sindicalismo ou trabalhadores e metalurgia). Desenvolve, portanto, coleções temáticas, formadas de acordo com as necessidades de informação do sindicato, e não conjuntos orgânicos, formados naturalmente no correr das atividades cotidianas da entidade, característicos dos arquivos.

Sua finalidade é fornecer ao sindicato informação especializada, seja ela técnico-

científica, jurídica ou política. Aproveitando a infraestrutura do centro de documentação, pode-se, excepcionalmente, alocar nele o arquivo permanente do sindicato, desde que se mantenha como um setor nitidamente individualizado dentro do centro, e preserve suas características, finalidades e funções de arquivo, assim como a integração com os arquivos correntes e intermediários (se existirem estes últimos).

Neste momento em que as entidades sindicais despertam para a questão dos arquivos, é imprescindível que atentem para a manutenção de sua identidade como arquivos, que encarem a necessidade de institucionalizá-los e enfrentem o desafio de dotá-lo da infraestrutura necessária ao bom desempenho de seu papel na entidade, tendo em mente que, se o arquivo contribui para a memória em suas múltiplas construções, é ele, em primeiro lugar, assim como a própria memória, um instrumento para a ação transformadora do movimento sindical na sociedade.

NOTAS

- (1) Suporte é o material sobre o qual as informações são registradas. Ex.: papel, filme, disco magnético, fita magnética, etc.;
- (2) Podemos ter também arquivos gerados pelas atividades de pessoas. Falamos apenas em entidades por serem o objeto deste texto.
- (3) Você poderá produzir 2 mil fichas de filiação, mas cada uma delas, com seus dados específicos, será único.
- (4) Os movimentos de trabalhadores, atingidos pela repressão política e atuando, durante longos anos, parcial ou totalmente, na clandestinidade, possuem em seus arquivos inúmeras lacunas, provenientes da apreensão ou necessária destruição de documentos e até mesmo da ausência de registros. A tentação de preenchê-las artificialmente, através de doações e reproduções de documentos ou até mesmo de sua produção (caso dos depoimentos orais), é muito grande e o material obtido poderá, sem dúvida, formar coleções complementares ao arquivo; já a sua incorporação ao próprio conjunto arquivístico deve ser objeto de muita reflexão, para não distorcer o arquivo, pensando estar reintegrando partes ao conjunto original.
- (5) Descrição é o conjunto de procedimentos que tem por objetivo mostrar o conteúdo do acervo.

* Historiógrafa da Central de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da PUC de São Paulo

O perfil da Força Sindical



Força Sindical — uma análise sócio-política.
Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso.
Editora Paz e Terra, São Paulo, 1993.

Tendo como base uma ampla pesquisa feita durante o congresso de fundação da Força Sindical, em março de 91, o livro procura traçar um perfil desta central tão identificada com o neoliberalismo e badalada pelos meios de comunicação. Para isto, os autores coletaram 1158 questionários — de um total de 1793 delegados presentes ao evento, representando 783 sindicatos e federações — e entrevistaram os principais dirigentes da entidade nacional.

Apesar da afirmação na contracapa de que “não se trata de uma obra de elogio ou crítica, mas de divulgação dos resultados de uma pesquisa séria e objetiva”, os autores não escondem o seu ponto de vista sobre a concepção política que norteia a Força Sindical. Logo na apresentação, após indicarem que a central pretende ser o contraponto ao que taxa de “radicalismo estéril” e “partidarismo inconsequente” da CUT e ao “conformismo” da CGT, eles opinam:

“A ambição da Força Sindical é ser a central deste final de século pós-socialista ... Desse ângulo, a Força Sindical marca, em seu discurso, um rompimento com as tradições corporativistas, nacionalistas e socialistas das correntes mais militantes do sindicalismo brasileiro e parece mais adaptada às mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que estão marcando este final de século”.

Conforme explicitam, a Força Sindical é abertamente pró-capitalista. Seu ideal seria ape-

nas o de modernizar o atual sistema de exploração, contrapondo-se ao tal capitalismo selvagem. “Aceitando a economia de mercado, buscando modernizar o capitalismo e defendendo o pluralismo político, o programa da Força Sindical afasta-se consideravelmente dos de outras centrais sindicais, do passado e do presente. Em termos de seu conteúdo formal, a proposta programática da Força Sindical fica entre a liberal-democracia e a social-democracia” — comentam.

Após estes comentários, o livro apresenta os resultados da pesquisa — e neste ponto há informações preciosas, que servem de subsídio àqueles que combatem a ação deste sindicalismo de tipo “tradeunionista” no Brasil. O estudo mostra os inúmeros pontos fracos desta central, que é bastante vulnerável, e aborda também as suas perspectivas — fazendo sempre comparações com a CUT.

Aponta, entre outras coisas, que os delegados fundadores da Força Sindical eram mais idosos e com mais tempo nas direções sindicais do que os participantes do III congresso da CUT, em agosto de 88. Segundo os autores, isto indicaria uma “maior vinculação à instituição sindical como tal, no sentido de uma ‘carreira’ consolidada no sindicato”. Ou, numa afirmação sem tantos floreios, para a presença de velhos pelegos, formados ainda no período do regime militar.

Outra revelação importante é sobre a frágil inserção da central no conjunto do país. 45% dos delegados eram de São Paulo — a maioria do sindicato presidido por Luiz Antônio de Medeiros. “Nos demais Estados e regiões, a Força Sindical apresentou, até a realização de seu congresso, pequena ou nula capacidade de penetração”. A mesma debilidade ficou expressa, ainda com maior realce, nas categorias presentes no evento. Setores que se destacaram nas lutas recentes, como servidores públicos e trabalhadores rurais, quase não foram representados.

Por outro lado, muitas das entidades do comércio e serviço presentes na ocasião “representam categorias profissionais de ramos de pouco peso na economia e na estrutura sindical

brasileira ... Em muitos casos, trata-se de diretores de sindicatos de pequeno porte, de pouca importância econômica e de limitada capacidade de mobilização e pressão sindical”, que encontraram guarita na central para se proteger das “pressões e denúncias de ativistas de esquerda”.

Diante destas lacunas de representatividade, os autores tocam num ponto delicado. Comentam que a Força Sindical “para se expandir deverá, quase que obrigatoriamente, entrar no território já ocupado pelas demais centrais ... A alternativa será tentar criar novos sindicatos nas bases de sindicatos ligados às centrais rivais”. Eles nada falam sobre o risco da pulverização sindical e, em alguns trechos, inclusive deixam implícito o apoio ao plurisindicalismo.

No capítulo sobre “participação e orientações sindicais”, o livro acrescenta outros dados interessantes. Os entrevistados manifestam sua tendência por uma ação sindical moderada e defendem o “entendimento nacional” com os

empresários. Há o predomínio da visão “negocista”, que privilegia as conversações de cúpula e vê a greve como último recurso. No ítem sobre preferências partidárias, um fato curioso. PT (17,7%), PMDB (16,9%), PDT (16,6%) e PSDB (13,5%) aparecem como os mais cotados entre os delegados. Já na direção da central, o PT sofre forte queda e o PDT e o PMDB, surgem, respectivamente, como os preferidos.

Como conclusão, os autores opinam que “é possível esperar a sobrevivência da Força Sindical sem acreditar num recuo significativo da CUT ou mesmo da CGT”. Isto se não ocorrerem mudanças bruscas no cenário político-sindical brasileiro. Entre estas alterações, eles se referem à disputa atual no interior da CUT, que passa por uma séria crise de identidade. Estas reflexões, assim como os dados do perfil da Força Sindical, merecem a atenção de todas as correntes cutistas.

Altamiro Borges

Segredos da terceirização



Manual de terceirização.

Carlos Alberto Ramos Soares de Queiroz. Editora STS, São Paulo, 1992.



Terceirização e multifuncionalidade.

Frank Stephen Davis. Editora STS, São Paulo, 1992.

Quais as consequências econômicas e sociais da terceirização. Tal questão desperta atualmente grande interesse do sindicalismo. E não é para menos. Afinal, esta estratégia patronal, que não é nova, vem sendo usada com maior intensidade nas empresas brasileiras nos últimos anos e seus efeitos no chamado mundo do trabalho são dramáticos.

Para responder à pergunta acima, importantes pistas podem ser encontradas nos livros dos badalados “consultores de empresas”. E o que não falta hoje em dia no mercado editorial são obras deste tipo. Entre estes livros, dois recém-publica-

dos — **Manual de Terceirização e Terceirização e Multifuncionalidade** — têm exatamente como objetivo demonstrar aos patrões as “enormes vantagens” desta estratégia.

Eles, evidentemente, não abordam a terceirização sob a ótica dos trabalhadores. No máximo, afirmam que esta técnica pode “humanizar as relações de trabalho” — mas sem apresentar qualquer comprovação. O interesse das agências de consultoria, muitas delas movidas à dólar, é o de mostrar a viabilidade econômica da terceirização. Como pode resultar no aumento dos lucros. A lógica é a do capital, e não a do trabalho.

Mesmo assim, estas obras acabam revelando alguns segredos do patronato — que aparecem nas entrelinhas, de maneira cifrada. Nos livros citados, as grandes metas da terceirização são pontuadas. Ambos comentam que, ao transferir para “terceiros” várias atividades que não se relacionam diretamente aos seus fins produtivos, as empresas reduzem custos operacionais, otimizam serviços e elevam os níveis de produtividade. Eis os objetivos maiores. O resto é detalhe.

Com outros termos, os autores também reconhecem que o recente avanço da terceirização está diretamente relacionado com a própria crise do capitalismo. Com a vertiginosa retração do mercado mundial, as empresas precisam aumentar a sua capacidade competitiva. A terceirização seria um dos remédios para evitar a falência — juntamente com as inovações tecnológicas e as novas técnicas de gerenciamento. Quem não

adotá-la, fica “na contramão da história” — diz Davis.

E quanto às consequências sociais? Davis, por exemplo, fala da possível resistência dos trabalhadores que serão “deslocados” (em outras palavras, demitidos) com a terceirização. Ele também se refere a necessidade urgente de **implodir** vários departamentos, inclusive o de recursos humanos — baita ironia! “Dentro do conceito de terceirização e multifuncionalidade, a necessidade deste profissional passa a inexistir”. A lista de **implosões** é imensa, tomando a maioria das páginas do seu livro.

Já Carlos Queiroz é mais hábil. Aposta que a terceirização cria empregos — tese questionada em recente estudo do Dieese. Em outra parte, critica os empresários que usam esta técnica com o objetivo de reduzir “os encargos legais e sociais, os benefícios e os salários” — como se esta não fosse a sua lógica intrínseca. Aborda, desta forma, um dos principais efeitos negativos da terceirização, que é a precarização das condições de trabalho nas empreiteiras — que pagam menos, retiram benefícios sociais e, em muitos casos, nem registram os trabalhadores.

Outro segredo revelado pelos autores é que a terceirização não tem apenas objetivos econômi-

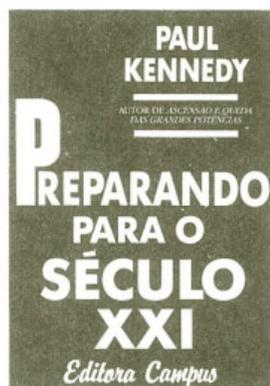
cos. Ela tem ainda um fundo altamente político. Um deles, o de evitar a eclosão de conflitos — cortando o mal pela raiz. Davis não escamoteia. Referindo-se às greves dos metalúrgicos, observa que “invariavelmente os conflitos tinham suas origens na ferramentaria. Por que então não terceirizá-la”. Mesmo a transferência de alguns negócios para trabalhadores iludidos, via pequenas empreiteiras, tem este nítido objetivo político.

Neste ponto, Carlos Queiroz deixa a cautela de lado. Ao enumerar “os ganhos empresariais”, argumenta que a terceirização “pulveriza a ação sindical” e “cria condições de desmobilização para movimentos grevistas”. No seu “manual de procedimentos”, ele chega a recomendar que as empresas fiquem “atentas e preparadas para esquemas emergenciais, por exemplo: greves de funcionários da empresa prestadora de serviços” — que comprometem o projeto de terceirização.

Como se observa, estes livros, mesmo tendo como público alvo os empresários, dão importantes dicas para que o sindicalismo possa entender e interferir no processo de terceirização. Muitos segredos, que não são falados abertamente, aparecem escritos nestes textos — dependendo unicamente de uma leitura crítica.

AB

Previsões nada otimistas



Preparando para o século XXI.

Paul Kennedy.
Editora Campus, Rio de Janeiro, 1993.

O historiador inglês Paul Kennedy, que vive há dez anos nos Estados Unidos, ganhou fama em 88 com o livro **Ascensão e queda das grandes potências**, onde previa a crise e a falência do império americano. Agora, nesta nova obra, ele volta a fazer previsões bombásticas — sempre com o auxílio de volumoso material de pesquisa. Mesmo elegendo a explosão demográfica como o maior inimigo do futuro, num certo retorno aos temores do pastor Thomas Malthus, o livro apre-

senta dados e análises de grande interesse para o movimento sindical.

Um de seus capítulos, por exemplo, trata da “robótica, automação e uma nova revolução industrial”. Diferentemente dos cegos apologistas do modo de produção capitalista, o autor adverte para as contradições inerentes às rápidas mudanças no processo produtivo. Compara as inovações em curso aos impactos da primeira revolução industrial, na Inglaterra de fins do século XVIII e princípios do século passado — que gerou profundas alterações na força de trabalho, com o fim do artesanato, da manufatura e o início do império das máquinas.

Lembra que, naquela época, as novas tecnologias foram vistas “ao mesmo tempo com apreensão e fascínio” — a exemplo do que ocorre na atualidade. De um lado, está a genialidade humana com os seus avanços na ciência. Do outro, os efeitos negativos do desemprego, da alienação do trabalho e da concentração de riquezas nas mãos dos industriais. Aborda ainda um outro aspecto decisivo — a do desequilíbrio resultante das inovações nas relações mundiais.

“Como a máquina a vapor, a robótica afeta a competitividade internacional, elevando a produção *per capita* dos países que investem pesadamente na nova tecnologia, e enfraquecendo a posição relativa a longo prazo de sociedades incapazes de fazer o mesmo ... Estamos mais uma vez presenciando uma revolução impulsionada pela tecnologia, que poderia fazer com que os países situados na base da pirâmide continuem ali, ou talvez afundem ainda mais”.

A título de previsão, comenta: “A substituição em massa dos trabalhadores de fábrica não acontecerá da noite para o dia. Tal como foram necessárias décadas para que as primeiras máquinas a vapor deixassem de ser curiosidades e ‘máquinas maravilhosas’ para ocupar o centro do processo de manufatura, assim também pode transcorrer uma geração, ou mais, antes que a revolução robótica complete o seu impacto total; e há sempre o aumento na oferta de mão-de-obra barata, que diminui o ritmo da automação em muitas sociedades. Não obstante, as implicações a longo prazo são perturbadoras e ameaçam agravar o dilema global”.

Em outro capítulo, dedicado à agricultura, aborda mais uma questão candente: a da revolução da biotecnologia. Mostra que apesar dos avanços científicos, que possibilitam melhorar as plantações e mesmo criar produtos em laboratórios, “o número de pessoas seriamente subalimentadas no mundo vem aumentando, década após década, atingindo hoje bem mais de 500 milhões de pessoas”. Entre outras causas desta contradição, Kennedy critica a oligopolização da economia mundial.

“Como competem entre si, tais empresas preferem envolver suas pesquisas no sigilo e limitar seu uso pelas patentes ... Ao negar o conhecimento de que dispõe aos seus rivais no mundo desenvolvido — ou exigir o pagamento de uma taxa pela sua utilização — a indústria biotécnica está dificultando ao mundo em desenvolvimento a aquisição dessas técnicas de pesquisa”. Ele também aponta para os riscos do aumento vertiginoso do desemprego na zona rural.

“Para o consumidor, o alimento manufaturado biogeneticamente pode ter o mesmo sabor e, na verdade, ele será geneticamente instruído para que o tenha. Mas para os agricultores de todo o mundo essa revolução na produção de alimentos será vista de maneira diferente. Como os tecelões manuais ou fabricantes de carruagens do século XIX, eles estão ameaçados de se tornarem redun-

dantes”. Além disso, esta “revolução” aumentará as tensões comerciais no planeta.

Kennedy também apresenta reflexões instigantes sobre a evolução mundial. Sem adotar a concepção marxista sobre as classes, preferindo o estranho esquema dos “ganhadores e perdedores”, fala sobre a concentração de riquezas e do aumento vertiginoso da miséria. Contraste este que coloca em xeque o próprio padrão atual de consumo. Ele cita o caso dos EUA, que com apenas 4% da população do globo consomem um quarto da produção de petróleo do mundo. E provoca:

“O mesmo desequilíbrio no consumo ocorre com vários outros produtos, do papel à carne. Segundo um cálculo, o bebê americano médio representa duas vezes o dano ambiental de uma criança sueca, três vezes o de uma italiana, 13 vezes o de uma brasileira, 35 vezes o de uma indiana e 280 vezes (!) o de uma criança chadiana ou haitiana, porque o seu nível de consumo será, durante toda a vida, muito maior. Não é uma estatística tranquilizadora para qualquer pessoa dotada de consciência”.

Num outro ponto, observa que os excluídos do “terceiro mundo” tendem a, cada vez mais, procurar no processo migratório a solução dos seus problemas. Isto explica o aumento do fascismo e da violência racial nas potências capitalistas. “Se o mundo em desenvolvimento continuar preso à sua armadilha da pobreza, os países desenvolvidos ficarão sitiados por dezenas de milhões de migrantes e refugiados ansiosos por viver entre as populações prósperas ... Os resultados serão provavelmente incômodos para aquela sexta parte mais rica da população da Terra, que desfruta hoje de desproporcionais cinco quintos de sua riqueza”.

As mesmas previsões “pessimistas” — ou melhor dizendo, realistas — aparecem em outros capítulos, em particular no que trata do meio ambiente. Preso aos seus esquemas, sem questionar a fundo o modo de produção capitalista, Kennedy não apresenta soluções efetivas para todos os angustiantes problemas abordados. Numa prova de impotência, em certa altura diz que “o gênio saiu da garrafa e afeta nossa vida de todas as maneiras. O que parece muito menos claro é se nossa sociedade global pode enfrentar as consequências econômicas e sociais (destas) transformações. Pelos indícios atuais, isso não parece provável”.

AB

Seminário sobre mudanças no “mundo do trabalho”

Como parte do seu projeto de formação de monitores sindicais, o CES promoveu no final de janeiro, no Instituto Cajamar (SP), o seminário “Mudanças no mundo do trabalho e formas de resistência na base”. O objetivo foi fornecer os subsídios necessários para que os novos monitores tenham condições de ministrar cursos e palestras nas suas entidades. Após cinco dias de palestras e intensos debates, os participantes elaboraram seus próprios roteiros de aula sobre este tema tão candente.

O seminário foi de alto nível, contando com a valiosa contribuição de vários estudiosos do assunto — Rosa Maria Marques, Bernardo Joffily, Henrique Rattner, Lúcia Bruno, Lucília Machado e José Carlos Ruy. Ele também reuniu lideranças sindicais de

diversas correntes cutistas — Joaquim Amorim (CSC), Tarcício Secole (Articulação) e José Maria de Almeida (PSTU) —, que relataram suas experiências concretas de organização dos trabalhadores na base.

Além do seminário, que serviu como reciclagem, em Cajamar também foi inaugurada a quarta turma de monitores do CES. Estes companheiros tiveram cursos de filosofia e economia e ainda assistiram dois painéis de debate — o primeiro sobre “Conjuntura Política”, com o deputado Aldo Rebelo e o jornalista Raimundo Pereira, e o segundo sobre “Desafios do sindicalismo”, com Vito Giannotti e Enéas dos Santos. A quinta etapa do Convênio Nacional de Formação de Monitores (CNFM) está prevista para julho próximo, em Belo Horizonte.

Sindicalista baiano ganha viagem a Cuba

A campanha de assinaturas da revista **Debate Sindical**, que se encerrou em dezembro passado, teve como vencedor o companheiro Emanuel Souza de Jesus, ex-diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia e membro da Executiva Nacional dos Funcionários da Caixa Econômica Federal. Ele vendeu 50 assinaturas da publicação do CES — numa campanha que totalizou cerca de 400 novos assinantes.

Como prêmio, o companheiro ganhou uma viagem de sete dias para Cuba, com direito a passagem de avião e estadia em hotel na belíssima praia de Varadero. Apesar da campanha ter ficado abaixo das expectativas iniciais, a coordenação nacional do CES garantiu o prêmio ao ganhador. O companheiro Emanuel optou por realizar a viagem no mês de abril, quando entra de férias no banco.

Assine a revista Debate Sindical

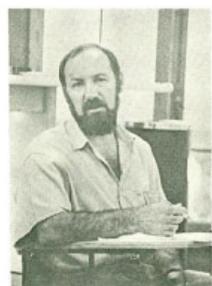
Faça hoje mesmo a sua assinatura da Debate Sindical. Receba em casa ou na sede do seu sindicato a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura dá direito a quatro edições da Debate Sindical.

PREÇO DA ASSINATURA: * Abril: CR\$ 13.000,00 * Maio: CR\$ 18.000,00 * Junho: CR\$ 25.000,00

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Estado:
Telefone: CEP: Data da assinatura:
Sindicato a que pertence:

Preencha os dados em letra de forma e envie o cupom junto com cheque nominal e cruzado para o Centro de Estudos Sindicais. Rua Pirapitingui, nº 12, Liberdade, São Paulo, SP, CEP 01508-020. Fone/Fax: (011) 270-7702

A OPINIÃO DE QUEM CONHECE



"Hoje existe um bombardeio de idéias contra as lutas dos trabalhadores. A TV Globo e todos os poderosos meios de comunicação tentam manipular a opinião pública. Neste quadro, quando uma revista como a **Debate Sindical**

vinga, ganha respeito e credibilidade, é ótimo! O sindicalismo precisa de instrumentos democráticos que divulguem as nossas verdades, que discutam os rumos da nossa luta — sem sectarismo e com espírito construtivo. A **Debate Sindical** já é conhecida por sua seriedade. É uma iniciativa que deve ser louvada por todos os sindicalistas".

Jair Meneguelli, presidente da CUT



"A **Debate Sindical** é hoje em dia a principal revista periódica especializada no estudo do sindicalismo. É uma publicação atualizada, que aborda os temas mais candentes e de interesse dos

trabalhadores. Além disso, ela é bem fundamentada, com inúmeros argumentos e informações. Ela convence quem a lê. Qualquer sindicalista, das mais variadas tendências, respeita e gosta da revista — mesmo discordando deste ou daquele enfoque. Os sindicalistas classistas precisam estimular a venda da **Debate Sindical**". Sérgio Barroso, secretário de imprensa da CUT Nacional



"Tenho lido e inclusive já escrevi para a **Debate Sindical**. Reconheço que é uma revista aberta ao diálogo maduro e franco entre as várias correntes cutistas. Ela é pluralista e ampla. Considero-a um

instrumento valioso para fortalecer a nossa central sindical e para aprofundar o debate político em nosso meio. Outro aspecto altamente positivo é que a revista trata os assuntos com profundidade, com pesquisas e informações ricas. Ela já conquistou credibilidade e respeito entre os sindicalistas cutistas". Durval de Carvalho, vice-presidente da CUT Nacional

CONVÊNIO DE FORMAÇÃO DE MONITORES DO CES

Mais do que nunca, a questão da formação é decisiva para o sindicalismo brasileiro. Com esta compreensão, o Centro de Estudos Sindicais (CES) vem desenvolvendo, desde junho de 92, uma rica experiência. Através de convênios firmados com os sindicatos, tem ministrado cursos e promovido seminários periodicamente com o objetivo de multiplicar o número de monitores sindicais. Os resultados desta iniciativa já se fazem sentir em todo o país.

Até o momento, 27 entidades sindicais participam deste projeto. Ao todo, o CES já ajudou a formar 87 novos monitores em vários Estados.

Muitos deles estão em plena atividade, promovendo cursos de sindicalismo em suas entidades e regiões. O Convênio Nacional de Formação de Monitores (CNFM) do CES visa dar os elementos básicos de conteúdo e metodologia para que os próprios sindicatos constituam suas equipes de monitores, dinamizando as iniciativas de formação nas suas bases.

O projeto de formação de monitores do CES também tem contado com a contribuição valiosa de inúmeros estudiosos da luta dos trabalhadores. Entre outros, já participaram das nossas atividades os companheiros Edgar Carone, Ricardo Antunes, Armando Boito, Décio Saes, Henrique Rattner, Raimundo Pereira, Marcos Gomes, Renato Rabelo e João Machado. Através do debate amplo e plural, objetiva estimular o senso crítico dos participantes do projeto.

Caso o seu sindicato tenha interesse em participar desta iniciativa, entre em contato imediato conosco para obter maiores detalhes sobre o Convênio Nacional de Formação de Monitores. O CES também fornece cursos básicos sobre origem dos sindicatos, história do sindicalismo no Brasil, concepções sindicais, mudanças no mundo do trabalho e outros temas. Não perca tempo! A necessidade da formação sindical é urgente!